

-----ACTA N.º 07-----

-----Aos vinte dias do mês de dezembro de 2012, pelas 18.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão ordinária, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2013, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----**2.º Ponto** - Discussão e Votação da 2.ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2012, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----**3.º Ponto** – Discussão e votação dos Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano e Orçamento Receita/Despesa, e Mapa de Pessoal, para o ano de 2013 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----**4.º Ponto** - Discussão e votação da 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais para 2012 – Orçamento/Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----**5.º Ponto**- – Estatuto do Pessoal Dirigente – Lei n.º 49/2012 de 29.08 – Aprovação da Adequação da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

-----**6.º Ponto** - Estatuto do Pessoal Dirigente – Lei n.º 49/2012 de 29.08 – Aprovação das Despesas de Representação aos Dirigentes dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

-----**7.º Ponto** – Estatuto do Pessoal Dirigente – Lei n.º 49/2012 de 29.08 – Adaptação à Administração Local – Aprovação do procedimento proposto;-----

-----**8.º Ponto** – Estatuto do Pessoal Dirigente – Lei n.º 49/2012 de 29.08 – Aprovação das Despesas de Representação aos Dirigentes da Câmara Municipal de Torres Vedras;-----

-----**9.º Ponto** - Aprovar o Plano de Liquidação dos Pagamentos em atraso, nos termos do art.º 6 da Lei 8/2012 de 21.02;-----

-----**10.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal à abertura de procedimentos concursais para efeitos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do art.º 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008 de 31/12 e 3-B/2012 de 28.04, 34/2010 de 02/09 e 55-A/2010 de 31/12;-----

-----**11.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal a ceder a utilização de imóvel à Movijovem – Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, para instalação da Pousada da Juventude em Santa Cruz, tendo em conta a competência prevista na alínea i) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 19.08, na sua atual redação;-----

-----**12.º Ponto** – Discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento Geral de Mercados e Feiras, em cumprimento no disposto na linha a) do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----**13.º Ponto** - Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua atual redação;-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário).-----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----

-----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, José Augusto Clemente de Carvalho, José António do Vale Paulos, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Marco Henriques Claudino, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, Francisco Cruz Branco da Silva, Maria João carvalho Franco Roque Alves, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Rui José Prudêncio, João Paulo Moreira dos Reis, Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Ana Paula dos Santos Ventura Faria, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Graça Maria Martinho da Silva, Ana Cristina Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristóvão, João Francisco Mota Tomás, Jorge Batista da Silva, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Inácio, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso, José António de Jesus Adriano, Bernardino Eugénio, Jorge Paulo Dinis Faustino Valentim e Maria Manuela Hortas S. Pacheco.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, António Paulo Veloso Martins Bento, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira e Hugo Miguel Fernandes Martins.-----

APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES: -----

-----O Sr. Presidente da Mesa informou que as actas n.º 3 de 27.04.12, n.º 4 de 22.06.12 e n.º 5 de 27.09.2012 que foram previamente distribuídas por todos os membros, se encontravam na mesa para eventuais correcções.-----

-----A Assembleia tomou conhecimento e aprovou por maioria o texto definitivo das atas apresentadas.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

DOCUMENTO 1:-----

-----Ofício número 13680 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 7 de dezembro, a dar conhecimento que o Executivo em 4/12/2012, considerando a calendarização da elaboração do Projecto do Centro de Artes do Carnaval e o respectivo plano de pagamentos, cuja repartição de encargos foi autorizada pela Assembleia Municipal em 27/09/12, deliberou que a repartição de encargos passa a ser a seguinte: Ano de 2012 - €24600,00; Ano de 2013 - €196.800,00 e Ano de 2014 - €24.600,00.-----

DOCUMENTO 2:-----

-----E-mail do Sr. Presidente da Câmara, de 7 de dezembro, a enviar cópia da reclamação apresentada à Assembleia da República, sobre a proposta da UTRAT para a agregação de freguesias. De igual modo e tendo conhecimento do projeto Lei 320/XII, apresentado pelos deputados do PSD e CDS, no qual as reclamações referidas não são consideradas, remete exposição que fez a todos os grupos parlamentares, expondo as razões invocadas na reclamação e contestando a proposta de fixar provisoriamente a sede da “União das Freguesias de Dois Portos e Runa” em Runa, quando a Freguesia de Dois Portos é muito maior e mais populosa.-----

DOCUMENTO 3:-----

-----Ofício número 14169 de da Câmara Municipal, de 20 de dezembro, a solicitar a retirada do ponto 12 do agendamento uma vez que é intenção do Presidente da Câmara propor ao Executivo Municipal uma alteração à deliberação de 09/10/2012.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 4:-----

-----E-mail de João Pedro Gomes, de 19 de dezembro, a solicitar a sua substituição por motivos profissionais.-----

-----Encontrava-se presente em sua substituição José António Adriano.-----

DOCUMENTO 5:-----

-----E-mail de Susana Maria Ribeiro das Neves, de 20 de dezembro a solicitar substituição à sessão, por motivos de saúde.-----

-----Encontrava-se presente em sua substituição Paulo Dinis Valentim.-----

DOCUMENTO 6:-----

-----E-mail de Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, de 10 de outubro a solicitar a sua substituição à sessão extraordinária realizada no dia 12 de outubro, por se encontrar ausente do concelho.-----

-----Foi substituído por Bernardino Eugénio da Cruz Jorge.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO ART.º 38.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 7:-----

-----E-mail, da Junta de Freguesia da Freiria, de 18 de dezembro, a informar que o seu presidente Paulo Marreneca, por motivos profissionais não pode estar presente e será substituído por Jorge Batista da Silva.-----

JUSTIFICACÃO DE FALTAS:-----

DOCUMENTO 8:-----

-----E-mail de João Paulo Reis, de 30 de setembro a informar que não compareceu à sessão ordinária de 27 de setembro último por motivos de ordem profissional.-----

DOCUMENTO 9:-----

-----E-mail da Junta de Freguesia da Freiria de 3 de outubro, a informar que o seu presidente Paulo Jorge Marques Lourenço Marreneca, solicita que lhe seja justificada a falta à sessão ordinária de 27/09/2012, por motivos inadiáveis de ordem familiar.-----

DOCUMENTO 10:-----

-----E-mail de Ana Elisa Pedreira Martins, de 8 de outubro a justificar a falta à sessão ordinária realizada em 27 de setembro, a qual se deveu a motivos profissionais de última hora.-----

DOCUMENTO 11:-----

-----E-mail de José Manuel Ferreira Antunes, de 17 de outubro a solicitar que lhe seja justificada a falta à sessão extraordinária realizada em 12 de outubro, por motivos de saúde.-----

DOCUMENTO 12:-----

-----E-mail da Junta de Freguesia de Santa Maria a enviar pedidos de justificação de falta do seu presidente, Horácio Orlando da Silva, com as datas de 28 de setembro e 15 de outubro, referente às sessões realizadas em 29 de setembro e 12 de outubro, devido a problema de saúde com a esposa.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência e aceitou as justificações de faltas apresentadas.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, informou que se encontravam presentes o Sr. Bernardino Eugénio Jorge e Maria Manuela Horta Pacheco, em substituição do membro Ana Elisa Pedreira Martins e António Carlos Nunes Carneiro, ao abrigo da legislação em vigor.-----

-----Teve início o período antes da ordem do dia.-----

-----O Primeiro Secretário, Sr. António Fortunato leu o voto de pesar que a seguir se transcreve:-----

VOTO DE PESAR:-----

-----“Após luta corajosa e sacrificada contra doença prolongada, veio a falecer recentemente o professor Tomé da Costa Borges.-----

-----Todos o conhecemos na determinação e entusiasmo com que dedicou a sua vida ao ensino, à gestão escolar, ao desporto e também à atividade autárquica.-----

-----A par de professor estimado, pelas suas qualidades pessoais e profissionais presidiu a diversas

comissões instaladoras de outras tantas escolas, na área do nosso município, com a dedicação e a competência que merecidamente lhe foram reconhecimento.-----

-----No seu percurso de gestor escolar, inevitavelmente, cruzou-se com a Câmara Municipal de Torres Vedras e respetivos serviços do que resultou ter sido convidado e ter aceite exercer funções de assessoria nesta autarquia. Fê-lo com a dedicação, entusiasmo e a proficiência a que sempre nos habituou.-----

-----Paralelamente, abraçou o desporto e, neste, o ténis de mesa, modalidade de que foi praticante e mestre de sucessivas gerações de jovens que jamais o esquecerão.-----

-----De assinalar a sua identificação com as causas do foro timorense.-----

-----Por último, o seu espírito de serviço à comunidade em que plenamente se inseriu, levou-o a aceitar integrar o Executivo Municipal, como vereador da área da educação, até que a doença, traiçoeira, o atacou.-----

-----Pela sua generosidade e entusiasmo; pelo seu espírito de serviço à comunidade e, em especial, pela sua dedicação aos jovens e à causa da educação, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, na sua sessão de 20 de Dezembro de 2012, evoca o exemplo cívico do professor Tomé da Costa Borges, manifesta profundo pesar pelo seu desaparecimento e delibera transmitir aos seus familiares os seus sentidos pêsames.”-----

-----O líder do grupo municipal do PSD, **Sr. Luís Carlos Lopes** associou-se ao voto de pesar tecendo algumas palavras sobre o Professor Tomé com o qual conviveu enquanto vereador, tendo testemunhado, quando a doença se manifestou, a sua coragem, dinâmica e força de vontade.-----

-----Também se associava em nome da Física, e enquanto presidente desta associação, lembrando que foi um homem importantíssimo no ténis de mesa e que na próxima Assembleia Geral pretendem apresentar um voto de pesar idêntico ao que estão a fazer.-----

-----Da vivência que teve, assinalou ainda que era um homem fantástico e agradável, independentemente da normal litigância política e expressou, em seu nome e do grupo municipal, as suas condolências a todos os seus familiares.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** interveio apenas para lembrar que o professor Tomé Borges veio trabalhar para a autarquia no sentido de refazer todo sistema de transportes escolares, onde se notou de imediato a sua dedicação à causa pública, o espírito de partilha, o seu desinteresse servindo a comunidade qualquer que fossem as circunstâncias. -----

-----Em nome da bancada da CDU, a **Sra. Maria Quina** associou-se também ao voto de pesar pelo falecimento do Professor Tomé Borges.-----

-----A Assembleia Municipal, após ter cumprido um minuto de silêncio, deliberou registar em ata o voto de pesar pelo falecimento do professor Tomé Borges e do mesmo dar conhecimento à sua família.-----

AUTARQUIA +FAMILIARMENTE RESPONSÁVEL 2012:-----

-----A *Sra. Graça Martinho* agradeceu à Câmara Municipal ter sido um dos 35 municípios dos país que recebeu, no passado dia 24 de setembro, a bandeira verde da iniciativa em título.-----

-----Salientou que o alcançar desta distinção resulta de um inquérito realizado a nível nacional, onde foram analisadas várias áreas de apoio às famílias. Do vasto conjunto de ações que desenvolveu, destacou algumas das tidas em conta: programa de melhoramentos habitacionais; programa de Apoio ao Arrendamento; isenção de taxas urbanísticas para construção de primeira habitação própria; apoio a famílias com pessoas em situação de fragilidade social; oferta de serviços e atividades pedagógicas para crianças e famílias; apoios na área da educação ao nível de transportes e manuais escolares; ações na área do empreendedorismo junto da comunidade imigrante; inúmeros serviços e programas dirigidos aos seniores (oficina domiciliária; Idosos Saudáveis e Ativos - que compõe os projetos de apoios às passadeiras e ao património; clube sénior, cartão sénior, desporto sénior); todo o trabalho desenvolvido no quadro da rede social em parceria com as IPSS's e as medidas de conciliação trabalho-família e outras destinadas aos funcionários municipais.-----

-----Lembrou que este galardão começou a ser atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, criado pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, em 2009, e que desde essa data que o Município foi sempre merecedor de várias distinções. A bandeira verde agora recebida é o coroar do trabalho desenvolvido pela em prol das famílias.-----

-----Lembrou ainda que no presente ano a revista Visão colocou Torres Vedras no top dos municípios “amigos das famílias” e no artigo destacou as políticas instituídas no concelho e relevou o crescimento demográfico positivo que Torres Vedras teve e que feitas as contas, pelos últimos censos, mostra que teve um aumento equivalente ao dobro da média nacional.-----

-----Disse que gostaria que outros órgãos de comunicação regionais mostrassem também o mesmo interesse em divulgar esta distinção tão altruísta, que mostra que o município está a aplicar, passo-a-passo, medidas sociais relevantes que impulsionam as famílias a escolherem Torres Vedras para habitar.-----

-----Qualifica estas estratégias, como empreendedorismo social, por serem medidas que não visam o lucro, mas a qualidade de vida, adaptadas às necessidades dos torrienses e que permitem a coesão e a sustentabilidade social.-----

-----Entende que cada vez mais, a autarquia é uma “produtora” de serviços e entre estes e em primeiro plano a qualidade de vida de quem habita no concelho é primordial. Espera e acredita na amplificação de parcerias com outras instituições locais, no sentido de fornecer produtos e serviços que possibilitam uma crescente melhoria da qualidade de vida dos concidadãos. São criativos têm que ser cada vez mais diferenciadores, empreendedores e persistentes.-----

-----Referiu que o empreendedorismo social implementado pelo Município mostra que é um

concelho que pode acolher mais, referindo-se a outras áreas, como a área económica e nela o tecido empresarial onde o concelho tem recursos humanos muito bem qualificados e têm muitas infraestruturas que no seu entender poderão ser melhor aproveitadas.-----

----Assim entende devem deixar de olhar o “seu quintal” e devem unir-se independentemente de cores e fazer acontecer.-----

----Aproveitou para fazer o seu voto de pesar ao seu amigo Tomé Borges um empreendedor ao mais alto nível, sempre altruísta, que fazia acontecer, marcando a diferença na área da educação.-----

----Acredita na sensibilidade e pro-actividade de todos incluindo do município e deseja que num futuro próximo Torres Vedras continue a ser um concelho empreendedor socialmente, mas também um exemplo nacional ao nível empresarial.-----

----O *Sr. Luís Carlos Lopes* subscreveu a intervenção anterior e lembrou que o PSD em Junho de 2002 apresentou ao Executivo uma proposta que era o prenúncio para estas medidas familiarmente responsáveis, que se transformou anos mais tarde na tarifa familiar dos SMAS. Essa proposta foi na altura reprovada pela maioria porque seria impossível colocá-la em prática.-----

----Os tempos mudaram e felizmente a Câmara Municipal conseguiu implementar a tarifa familiar, assim como outras práticas que permitiram que a autarquia tenha recebido este galardão, com o qual se congratula, pois entende que a componente social deve em ser tida em conta, em tudo quer na vida pessoal quer institucional.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que é com muito orgulho que têm seguido este caminho.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TRANSMISSÕES ON-LINE:-----

----Sendo esta a última Assembleia de 2012 o *Sr. Luís Carlos Lopes* interveio no sentido de lembrar ao Sr. Presidente da Assembleia sobre o assunto em título manifestando o desejo que para o ano as sessões da Assembleia Municipal sejam transmitidas on-line.-----

----O Sr. Presidente da Mesa, *Alberto Avelino* lembrou o membro dos elevados custos do serviço nos orçamentos que foram apresentados na altura e nunca recebeu propostas a corrigir os preços iniciais.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREGUESIA DE A-DOS-CUNHADOS:-----

----Também na qualidade de residente da freguesia em título o membro da assembleia *Sra. Maria Quina*, disse que iria colocar algumas questões que gostaria de ver esclarecidas.-----

----Referiu-se concretamente à razão de a Variante de A-dos-Cunhados ainda não estar concluída, se às instituições sociais da freguesia, que estão com grandes dificuldades financeiras estão a ser feitos os pagamentos regulamente pela Câmara Municipal e conseqüentemente pela Junta de Freguesia, e ainda quando estarão concluídas e quem está a fiscalizar as obras de saneamento básico

que liga o Casal do Rego na freguesia de A-dos-Cunhados à Maceira, uma vez que estão muito atrasadas e os proprietários tiveram que retirar de lá os seus animais.-----

-----A Presidente de Junta de A-dos-Cunhados, **Sra. Ana Cristina Moreira** pediu a palavra para responder que se o membro frequentasse as Assembleias da Freguesia teria resposta às questões que colocou, tendo tido lugar uma reunião no dia anterior.-----

-----No que se refere ao Casal do Rego desconhece a existência de algum problema mas tratam-se de obras de construção de uma conduta principal que levam o seu tempo e têm os seus inconvenientes.-

-----O **Sr. Luis Carlos Lopes** disse que gostaria de ouvir os esclarecimentos da autarca.-----

-----A **Sra. Maria Quina** respondeu que por razões pessoais não pode estar presente no dia anterior na assembleia de freguesia, pelo que agradecia os esclarecimentos da Sra. Presidente de Junta.-----

-----Relativamente à variante de A-dos-Cunhados o **Sr. Presidente da Câmara** informou que se trata essencialmente de constrangimentos financeiros. -----

-----Quanto ao saneamento do Casal do Rego informou que se trata de uma obra da Águas do Oeste, S.A, cujo empreiteiro faliu, sendo mau que a população tenha aquele transtorno, mas a responsabilidade não é da autarquia.-----

-----Quanto à questão dos pagamentos, esclareceu que entre a Câmara Municipal, as associações e as juntas de freguesia existe uma parceria muito ativa, com uma conta corrente diária que nunca está a zero pois todos os dias vencem faturas e se fazem pagamentos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

BIBLIOTECA MUNICIPAL:-----

-----O representante do CDS-PP, **Sr. José Adriano** disse ter constado que a Biblioteca não tem disponível ao público internet wireless, devendo ser a única a nível nacional, questionando quais são as causas e se está previsto colocar este serviço.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que a autarquia rescindiu o contrato com a Oeste Digital por não ser vantajoso estando a rever a situação e será reposto em 2013. Continua a ter internet, só não tem wireless.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROGRAMA PÓLIS:-----

-----O **Sr. José Adriano** questionou se desde a última sessão da Assembleia Municipal houve alguma alteração ou desenvolvimento a registar.-----

-----O **Sr. João Bastos** disse ter conhecimento que este assunto está num impasse e que a Câmara já está a tomar decisões para avançar com parte do projeto, concretamente tendo prescindido do estacionamento subterrâneo junto ao Pateo do Faustino, com o que concorda, mas questiona se ainda persiste na construção do Centro de Educação Ambiental no Choupal.-----

-----Lembrou que em tempos já tinha questionado se seria viável esta construção, dado que já existe

um centro em construção na zona verde, tendo o edil esclarecido que era requisito essencial da candidatura para se recuperar zonas verdes, mas nestes tempos difíceis interroga-se se não seria de inquirir novamente a quem de direito.-----

----Acha que se devem definir prioridades e fazer esforços naquilo que é essencial naquela zona, dando como exemplo a recuperação das margens do rio. Uma vez que o projecto contempla uma série de cafetarias ao longo do percurso, também poderiam eliminar uma ou duas.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* concordou com o membro, mas lembrou que o Centro de Educação Ambiental era uma exigência do revogado Programa Pólis, porém também é a base da ponte pedonal projetada, daí que não seja obra que se possa retirar sem reformular todo o projeto. No entanto tem dúvidas se se mantém a necessidade de o edifício ser utilizado como centro de educação ambiental.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PAVIMENTAÇÕES NO CONCELHO:-----

----O *Sr. José Adriano* questionou se estão previstas para 2013 obras deste tipo no concelho, pois existem situações que deveriam merecer atenção especial, tais como o pavimento deformado na estrada entre o Arena Shopping e o posto de combustível da BP, na estrada para a Praia Azul bem como na estrada entre a Campoeste e a Bombardeira.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que as obras de melhoramento nas estradas nunca serão tantas como as necessárias, nem tantas como os presidentes de junta lhes reclamam diariamente.-----

----Mais informou que a programação para 2013 já está negociada com cada uma das Juntas de Freguesia.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OBRAS JUNTO AO MERCADO :-----

----O *Sr. José Adriano* inquiriu qual o ponto de situação das obras em título, atento o facto de o Inverno estar a ser muito chuvoso e receia que possa estar em perigo a integridade estrutural do edifício, oferecendo alguma perigosidade para pessoas e bens.-----

----Também o membro *João Bastos* questionou sobre esta obra, sobre o negócio envolvido e como ficou acautelado se algo correr mal.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que não existe qualquer perigo. A Câmara teve que tomar posse administrativa da obra há cerca de um ano e tomaram medidas nesse sentido.-----

----Quanto ao negócio, informou que a Câmara autorizou a cedência da posição contratual a uma segunda empresa, mas entretanto a primeira declarou insolvência tendo sido nomeado um gestor dessa insolvência, e a cedência acabou por não se verificar.-----

----Mais informou que na passada semana realizou-se uma Assembleia de Credores e aguardam que a gestora convoque a Câmara para uma nova reunião, para resolverem a questão até porque quem

ficou com a obra tem todo o interesse em continuar.-----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

2.º FORÚM DA AGENDA 21 LOCAL:-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, *Sr. Francisco Martins* deu nota que no passado dia 15 de Dezembro, realizou-se no Instituto Superior Politécnico do Oeste o 2.º Fórum da Agenda 21 Local.-----

-----Relevou o facto, por estarem perante algo de grande importância, mas que alguns deles, talvez por falta de informação, não lhe conferem qualquer tipo de valor.-----

-----Assim explicou que a Agenda 21 Local é um processo no qual as autoridades trabalham com a restante comunidade na elaboração de uma estratégia conjunta e na aplicação de projectos com vista à melhoria da qualidade de vida ao nível local, assinado por quase duas centenas de governos, entre os quais Portugal, e que procura unir a protecção do ambiente com o desenvolvimento económico e com a coesão social, nascendo por acção da Organização das Nações Unidas, numa conferência em 1992 sobre Ambiente e Desenvolvimento.-----

-----Em Torres Vedras a Agenda 21 Local iniciou-se em 2009 e contou com cerca de 500 participantes ao longo de diversas sessões promovidas nas 20 freguesias do concelho, das quais saíram 385 ideias de projectos e foram definidos 127 projectos prioritários, salientando que terá sido provavelmente uma altura única de participação cívica de todos os quadrantes da sociedade torreense, na procura das escolhas para o concelho.-----

-----Deu nota que os temas foram suportados pelos compromissos de Alborg e versaram essencialmente sobre, Governância, Gestão Local para a Sustentabilidade, Bens Comuns Naturais, Consumo Responsável e Estilos de Vida, Planeamento Urbano e Desenho Urbano Melhor Mobilidade, Menos Tráfego, Ação Local para a Saúde, Economia Local Dinâmica e Sustentável, Equidade e Justiça Social, Do Local para o Global.-----

-----Deu nota ainda que passados três anos, existem alguns projetos que ainda não foram iniciados, existem outros em fase de execução e alguns já estão concluídos, ou seja este é um processo contínuo, feito de adaptações, mas que tem uma base sólida de trabalho, tem a participação de muitos torreenses anónimos, que de uma forma altruísta despenderam o seu tempo para procurar influenciar as decisões de todos.-----

-----No seu entender este é um dos aspectos mais relevantes da Agenda 21 Local, dado que nela estão contidas todas as acções estruturantes do concelho, quer a curto quer a longo prazo. É um verdadeiro Plano de Actividades, feito de uma forma participada.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* manifestou o seu orgulho pelo envolvimento que têm conseguido com todos os agentes, pessoas e em todo o concelho. Trata-se de uma matéria que nunca está acabada, com a qual têm tido uma adesão fantástica que se deve em muito aos Presidentes de Junta

de Freguesia e à dinâmica das Juntas de Freguesia.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OBRAS NA CIDADE:-----

----O *Sr. João Bastos* interveio no sentido de assinalar que a intervenção que foi feita na rua Guilherme Gomes Fernandes está bem feita a nível da colocação da lage ao meio e no cuidado especial na colocação dos sumidouros, mas no Largo do Grilo o muro com pedestal não favorece pois tira a flexibilidade ao largo.-----

----Considera também que se está a condicionar em demasia o acesso ao centro histórico e a construir demais no espaço público que se quer o mais flexível possível e com o mínimo de obstáculos.-----

----Mencionou também a Rua Luís Augusto Albino, que tem muito trânsito, e foi com grande espanto que verificou que depois da Câmara ter decidido demolir os prédios, o alargamento da rua foi apenas de um palmo ou dois e com um passeio mínimo.-----

----O alinhamento da rua já estava marcado pelo edifício da Junta Autónoma das Estradas, e não percebe porque se limitaram a um alargamento tão estreito.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o muro do Largo do Grilo também serve de banco e com o mesmo pretendeu-se regular o desnível que existe no terreno, privilegiando os peões, uma vez que até aqui o acesso às casas era dificultado pelos carros que lá estavam sempre. -----

----Quanto à Rua Luís Augusto Albino esclareceu que a via foi alargada em 1,20m. Trata-se de uma obra provisória, uma vez que o terreno onde está instalado o semáforo que serve os Bombeiros Voluntários não é propriedade da autarquia mas espaço de construção urbana, onde estão previstos dois lotes para construção e no futuro o alinhamento será outro.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REGULAMENTO DE ESTACIONAMENTO, CARGAS E DESCARGAS DE VEÍCULOS ABANDONADOS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:-----

----O *Sr. João Bastos* indagou sobre a implementação do regulamento em epígrafe.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que este regulamento está em funcionamento e só não está em vigor quanto aos parcometros. A fiscalização feita pela PSP é que nem sempre é a melhor.--

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

9.º EDIÇÃO DAS FESTAS DA CIDADE:-----

----A autarca de A-dos-Cunhados, *Sra. Ana Cristina Moreira* expressou o seu voto de parabéns à Câmara Municipal e à Promotorres por todo o trabalho realizado nesta edição de 2012.-----

----Deu nota que as festas decorreram em três fins de semana, e muito se orgulha de fazer parte de uma das 11 associações que participaram nas Tasquinhas e que fizeram as delícias de quem lá passou e que este ano rondou os 17 mil visitantes.-----

-----Aproveitou também para dizer que se tratou de um bom número para o pavilhão multiusos que finalmente acolhe as festas da cidade com toda a sua capacidade. Tiveram acordeões, ranchos, bandas que animaram quem lá trabalhou e quem visitou.-----

-----Para além de receber a festa diariamente, o pavilhão recebeu este ano, em dois fins de semana, cerca de 2156 séniores, para o habitual almoço sénior que tradicionalmente era feito num só dia, mas que com este modelo resultou pois permitiu um maior convívio entre eles e maior entrosamento das próprias freguesias que se cruzam com as tasquinhas.-----

-----Este ano teve lugar a 2.^a edição do Festival do Pastel de Feijão que foi ganho pela Pastelaria Flor de Campelos e 1.^a primeira edição do Festival do Vinho de Torres Vedras que integrou uma prova cega, tendo ganho o vinho branco regional de Lisboa Pynga Seleccion 2010 produzido pela empresa Vale da Capucha do Turcifal e o vinho tinto regional de Lisboa Fonte das Moças 2009 de Carmões, cuja marca será utilizada durante 2013 nas ofertas institucionais da Câmara Municipal. -----

-----Assinalou também que as festas correram as ruas da cidade com a realização do desfile de bandas Filarmónicas do concelho, Festival Internacional de Acordeões, iniciativa “S. Martinho: Compras e Vinho”, abertura excepcional de comércio até às 24 horas, “Jantares com História” realizados nos Claustros da Graça e ainda e o lançamento do livro “Azenha de A-dos Cunhados”.-----

-----Para terminar salientou que é um evento que traz uma enorme projeção à cidade de Torres Vedras, visível na comunicação social diariamente, agradecendo às associações e às freguesias envolvidas já que sem elas não era possível a sua concretização. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* agradeceu à autarca de A-dos-Cunhados, que foi uma interveniente muito ativa nas tasquinhas e aproveitou para dizer naqueles quinze dias todas as associações que participaram apuraram cerca €5.000,00.-----

-----É preciso muita gente empenhada, pois dá muito trabalho, mas vê-se algum dinheiro e é uma forma de rentabilizarem as associações.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SMART SHOPS NA CIDADE DE TORRES VEDRAS:-----

-----Relativamente aos estabelecimentos em título a *Sra. Rita Sammer* questionou quantos estão licenciados, como foi feito o licenciamento e se a Câmara Municipal tem conhecimento de ocorrências no Centro Hospitalar de Torres Vedras quando ao consumo dessas drogas bem como se houve alguma inspeção da ASAE ou por parte dos serviços da autarquia. -----

-----Deu nota que esta questão tem alertado as escolas e as famílias, prepara-se a nível europeu legislação sobre esta matéria e era importante saber a situação no concelho.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que a Câmara Municipal não tem qualquer interferência no licenciamento desta atividade ou abertura de tais estabelecimentos, e só define o horário de funcionamento nos termos do regulamento municipal em vigor.-----

-----Mais esclareceu que as duas lojas em funcionamento que existem em Torres Vedras pediram licenciamento como “ervanária especializada”, e pediram horário com o período de funcionamento até 02H00 que é o horário de todo e qualquer comércio-----

-----Deu nota ainda que recentemente tomou a iniciativa pessoal de propor a redução do horário de funcionamento dos estabelecimentos das 9H00 às 19H00 de segunda-feira a sábado e ainda que seja requerida à ASAE e DGS uma ação inspetiva a estes dois estabelecimentos, assunto que irá à próxima reunião do Executivo.-----

-----No entanto sabe que esta medida não resolve o problema e esperam que o governo publique legislação no sentido de interditar.-----

-----Por último deu nota que teve informação familiar de uma ocorrência no hospital.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROJETO LEI N.º 320/XII - REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS :-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* disse que em nome do Grupo Municipal do PS tinha que fazer referência ao projecto de lei em título cujo assunto já foi muitas vezes tratado em sessões anteriores mas que ainda não está encerrado e que vai ter consequências no futuro. -----

-----Assim suscitava-lhe uma referência a dois aspetos da redação do projecto de Lei 320/XII, que são considerar a freguesia de Matacães urbana e não terem seguido o critério adoptado para indicar as sedes provisórias, na agregação de Dois Portos a Runa.-----

-----Quanto a Matacães fez notar que tem de território mais de 1300ha, mas só 90 ha é que estão dentro do perímetro urbano da cidade de Torres Vedras. Tem mais de mil habitantes e somente 15 habitantes residem no perímetro urbano para além de que tem 6 aldeias mas nenhuma está dentro desse perímetro. -----

-----Mencionou ainda que com a freguesia de Matacães integrada no perímetro urbano, terão mais de 6000ha, dos quais só 28% é que será verdadeiramente urbano o que é surrealismo e não é compreensível por mais que lhe invoquem a Lei 22/2012, de 30.05. No entanto lembrou que o que vai determinar a agregação de freguesias é um novo diploma que poderia ser aprimorado.-----

-----Invocar erros do passado para reincidir nos mesmos não é compreensível e tem um efeito prático que é em vez de Torres Vedras ter 14 freguesias tem 13.-----

-----Relativamente à questão da sede de freguesia que considerou de surrealista, anotou que violaram o critério de sede provisória a pensar que estavam a prestar um bom serviço, quando fizeram o contrário. Prestaram um mau serviço, um serviço contrário à harmonia entre vizinhos, que é muito importante, quando criaram um precedente, antecipando-se a uma decisão que de algum modo pretende condicionar decisões futuras, no desrespeito pelos futuros eleitos da nova freguesia.--

-----Lamentou esta decisão da UTRAT, e por mais explicações que sejam dadas, estas duas situações

poderiam e deveriam ter sido evitadas.-----

-----A *Sra. Claudia Ferreira* também aludiu à última sessão da Assembleia Municipal onde debateram esta temática e o seu impacto para o concelho de Torres Vedras e onde decidiram, por ampla maioria, que o modelo proposto pelo Governo PSD/CDS, não serve os interesses da população torreense, pois trata-se apenas de extinção/agregação sem se saber o que podem ganhar as pessoas e sem a definição de competências concretas, ou receitas, com as quais se possa fazer trabalho.-----

-----Lembrou ainda que decidiram a não pronúncia, ou seja decidiram que os torreenses da Paúl valem tanto para esta Assembleia como os torreenses dos Campelos ou de A-dos-Cunhados e que, não cabe a esta Assembleia decidir o destino dessas populações, pois, não foram mandatados pelo povo para extinguir as suas raízes ou para agregar as suas origens.-----

-----No final dessa Assembleia falou-se em Maceira e também Matacães, mas como já havia sido dito que a classificação desta freguesia como urbana resultava de um erro, quase todos pensaram que não fazia sentido voltar a falar do mesmo.-----

-----No entanto, como o futuro mostrou, havia entre eles quem soubesse muito bem do que estava a falar, quem comprovadamente conhecesse qual a proposta da Unidade Técnica, antes mesmo de esta ser pública. Se assim é, então sem margem para dúvidas essa pessoa não cumpriu o mandato para o qual foi eleita.-----

-----Assinalou que diz o artigo 3.º do Regimento, “Os Membros da Assembleia Municipal representam os munícipes residentes no Concelho de Torres Vedras.” e que “A sua actividade visa a salvaguarda dos interesses do Município e a promoção do bem-estar da população, no respeito pela Constituição e pelas Leis da República Portuguesa”.-----

-----Assim tinha que questionar se terá o PSD e mais concretamente o seu deputado Marco Claudino, cumprido estes requisitos, parecendo-lhe que não.-----

-----Reforçou que pela proposta apresentada, este membro mostrou-se conhecedor, talvez por via de outras funções que exerce e que se demonstraram passíveis de conflito de interesses com aquelas que o trazem ali esta noite, da proposta de agregação que lhes seria apresentada pela Unidade Técnica. Ao conhecê-la e não a partilhar com os torreenses, faltou ao compromisso que com estes assumiu, de os representar e de defender os seus interesses.-----

-----Parece-lhe que por uma questão de honestidade, para evitar que estes conflitos se repitam no futuro, resta ao membro Marco Claudino, fazer uso da prerrogativa do artigo 8.º do regimento, ao abrigo da sua alínea g) “Pedir justificadamente a escusa do desempenho de cargos para que tenha sido designado”, cabendo-lhe a ele a escolha de qual o cargo mais importante e, de qual deles, vai pedir escusa.-----

-----Perante o que classificou de ataque feroz o líder do Grupo Municipal do PSD *Sr. Luís Carlos*

Lopes verberou a intervenção da colega Claudia Ferreira, a qual não sabe como qualificar.-----

-----Nunca ao longo dos anos, em governo PS, o PSD teve este tipo de atitudes achando execrável, em que foi ultrapassada a litigância normal e harmoniosa política que tem vigorado neste órgão, entrando em foros de carácter pessoal.-----

-----Entende que os lugares onde os membros trabalham não têm que ser questionados e nesta assembleia sempre falaram só de política e questões pessoais nunca foram para ali chamadas, pelo que expressou o seu profundo repudio pela intervenção.-----

-----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** disse que entendeu a intervenção com um cariz político e não um ataque pessoal. Ouviu um enquadramento de conteúdo político que tem um ator e não lhe pareceu que tivesse linguagem ofensiva.-----

-----Nas discussões, os conteúdos *à domine* aparecem lembrando que hoje já tinham ouvido uma Junta de Freguesia a ser questionada, mas em matéria de interesse público.-----

-----Ainda sobre a agregação de freguesias o Presidente de Junta de Matacães, **Sr. Mário Lopes** lembrou que a junta que preside desde 17 de Agosto de 2011, por convite, se manifestou disponível para colaborar numa agregação Matacães/Monte Redondo, como indicava a proposta apresentada pelo PS, que foi aprovada em sede de partido.-----

-----Considera que pela teimosia política de uns e pela política do “bota abaixo custe o que custar” de outros, que ao contrário do que ali afirmam, dizendo que o concelho estará sempre acima do partido que representam, mas que na prática é pura demagogia, Matacães deixou de ser uma freguesia agregadora, para passar a ser uma freguesia agregada.-----

-----Assinalou ainda que na exposição que fez à Sra. Presidente da Assembleia da Republica o Sr. Presidente da Câmara, fez crer que Matacães tinha que ser agregada a uma freguesia rural confinante e se possível reduzir de sete para seis as freguesias a agregar, o que não entende.-----

-----Tudo indica que a freguesia de Matacães será agregada por uma freguesia urbana, uma decisão tendenciosa, maldosa, feita por gente que não conhece o país, que não conhece o concelho e em particular as freguesias rurais, levando-o a acreditar que a demagogia, a falsidade e a ironia de outros, conduziu a esta triste decisão.-----

-----Deu nota que Matacães, é a quinta freguesia mais antiga do concelho, século XVI, com uma história riquíssima começando pelo próprio nome que resulta da batalha entre o exército cristão e os muçulmanos na conquista do castelo de Torres Vedras em 1148.-----

-----Prosseguiu questionando a razão de a proposta elaborada pelo PSD, que continha duas pronúncias, sendo a B exatamente igual à proposta inicial do PS na questão da agregação, não chegar à Assembleia Municipal para votação, depois de ter sido apresentada em reunião de Câmara.-

-----Registou com agrado o e-mail que recebeu no dia anterior do edil no propósito de fazer chegar à Sra. Procuradora Geral da República um documento a sensibilizar para a união das freguesias

Matacães/Monte Redondo, repondo assim a verdade inicial, no seu entender.-----

----Pelas razões expostas tem a certeza que nas eleições autárquicas que se realizarão dali a 10 meses, o povo das freguesias que estão na mesma situação de Matacães, irão dar resposta aos políticos das suas terras.-----

----Em nome da bancada da CDU a *Sra. Maria Quina* manifestou-se contra a extinção de freguesias, que se for para a frente, irá trazer um acréscimo de despesas à população que era escusado, nos tempos difíceis que atravessam.-----

----Intervio de seguida o membro *Marco Claudino*, que respondendo ao membro José Augusto de Carvalho disse que não se trata de saber antecipadamente se Matacães é urbana ou não porque bastava ler a lei e entender que estava em perímetro urbano e poderia ter sido reclassificada.-----

----Se mais oportunidades não tiveram poderiam ter recorrido ao gabinete da Secretaria de Estado ou à CCDR, que estiveram sempre disponíveis para esclarecimento da lei.-----

----Subscreve todos os argumentos expostos quer pelo colega José Augusto de Carvalho quer pelo Presidente da Câmara à Assembleia da República, o problema é que os fizeram fora do prazo.-----

----Lembrou que na última sessão tentou esclarecer algumas dúvidas legais que surgiram, pois tinha toda a vontade que fosse a Assembleia Municipal a decidir, mas não o quiseram. Ele, assim como a bancada do PSD fizeram tudo o que estava ao alcance para que houvesse uma pronúncia por parte deste órgão, sendo a intervenção do autarca de Matacães bem elucidativa desse facto.-----

----Relativamente a Runa, gostaria de saber qual o critério que acham que foi seguido pela bancada parlamentar do PSD para definir Runa como sede, pois na sua perspectiva o critério foi uniforme para o concelho de Torres Vedras.-----

----Reparou que nos nomes das novas freguesias vem em 1.º lugar a freguesia maior e depois a menor, mas a sede há-de ser no lugar que tem mais habitantes, crendo que Runa tem mais habitantes que Dois Portos e faz todo o sentido aí se localizar a sede provisória.-----

----No entanto lembrou que nos termos da lei no prazo de dez dias após a instalação dos órgãos que resultem das eleições gerais das autarquias locais de 2013 a assembleia de freguesia delibera a localização da sede.-----

----Reforçou que não conhece outro critério e também não crê que o grupo Parlamentar do PS, que conhece as propostas desde o dia 31 de Janeiro, tenha feito alguma proposta de alteração para Torres Vedras na Assembleia da República.-----

----Por fim assegurou à colega Maria Quina que não vai haver acréscimos do tipo de custos que referiu, resultante das agregações de freguesias.-----

----O autarca da Maceira, *Sr. Francisco Inácio* interveio no sentido de dar nota que fez uma exposição à Sra. Presidente da Assembleia da República em defesa da freguesia, da qual deu conhecimento aos líderes parlamentares e aos líderes das comissões políticas do CDS e PSD de

Torres Vedras, no sentido de estes exercerem a sua posição política e torriense em defesa das freguesias do concelho.-----

----Nesta sequência inquiriu se o PSD e o CDS-PP fizeram alguma pressão na Assembleia da República, uma vez que o município de Torres Vedras foi muito castigado com a agregação de sete em vinte freguesias.-----

----A **Sra. Cláudia Ferreira**, abordando a intervenção do líder da Bancada do PSD disse que foi eleita para defender os interesses dos torrienses, sendo isso que faz em todas as sessões.-----

----Frisou que era a 2.^a vez que o membro lhe faltava ao respeito com termos que classifica de injuriosos, que iria relevar, por não ser de guardar rancores. -----

----Agradeceu ao membro Marco Claudino a disponibilidade em lhes traduzir a legislação emanada do governo PSD/CDS, porque tal como ele também é licenciada em direito, também já elaborou diplomas legais, mas tem muita dificuldade em interpretar a legislação produzida por este governo---

----Lembrou que o membro só referiu Matacães e não mencionou a Maceira, que é a prova de que ele tem mesmo uma “bola de cristal”.-----

----Tomou a palavra o autarca da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** para lamentar o facto de ter sido, na última sessão, o único a querer fazer uma pronuncia nos termos da Lei 22/2012 de 30.05 Não quiseram trabalhar em conjunto e agora cada freguesia está a tentar fazê-lo individualmente. -----

----Espera que a este regime legal não se concretize mas ainda assim cometeram um enorme pois se tivessem feito uma pronúncia só perderiam no máximo cinco freguesias.-----

----Fez notar que os presidentes de juntas de freguesia que hoje se manifestaram representam as freguesias que não teriam sido atingidas. Podia ter sido a Ponte do Rol, que sabia estar em risco, pelo que em sua defesa tentou que fizessem a pronúncia.-----

----Mencionou ainda que à perda de sete freguesias junta-se o facto de que perderam cerca de €600.000,00, que corresponderia a 4 anos de 15% de FEF a mais, mas só discutiram o assunto politicamente e não se preocuparam o concelho. -----

----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** fez notar que a recusa foi um ato político que é do país inteiro, não é só de Torres Vedras.-----

----Disse que não deviam ser ingénuos porque tudo já estava feito e lembrou que Runa, desde o início que andou sempre em busca de um parceiro desde que a sede lá ficasse. -----

----O Presidente de Junta de Freguesia da Carvoeira, **Sr. José Manuel Cristóvão** lembrou que remeteu a todos os presidentes de juntas de freguesia um e-mail a dizer que o grupo Parlamentar do PCP iria discutir na Assembleia da República, uma a uma, as propostas das agregações de freguesias, mas ninguém o mencionou. O PCP foi o único partido que na Assembleia da República defendeu as freguesias.-----

----O Presidente de junta de freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** disse que não quis

menorizar ninguém com a sua intervenção e reafirmou que se tivessem feito pronúncia perderiam cinco freguesias e não sete. Não acredita que tudo já estivesse feito para ser assim, porque há uma lei para cumprir. -----

-----O Presidente de Junta de Freguesia de Runa **Sr. José Margaça**, defendeu que Torres Vedras merece manter as 20 freguesias, pelo que, no dia 22 estarão em Lisboa a representar Runa.-----

-----Lembrou também que o art.º 5.º do projeto Lei 320/XII determina que só depois das eleições autárquicas de 2013 é que as Assembleias de Freguesia decidem quais são as sedes das freguesias agregadas.-----

-----Assim disse que ainda nada está definido e reafirmou que irão lutar até ao fim pela manutenção de todas as freguesias do concelho.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** confirmou que o projeto de lei 320/XII fala em sedes provisórias mas eles sabem que “candeia que vai à frente alumia duas vezes”.-----

-----Assinalou que o membro Marco Claudino fez um esforço para explicar que o critério de escolha que presidiu à sede provisória da agregação das freguesias de Runa e Dois Portos foi o populacional mas o anexo ao projecto lei desmente-o porque na agregação das freguesias urbanas, teria como sede Torres Vedras, mas tem Torres Vedras (S. Pedro e Santiago) o que significa que o critério que preside é o da sede da antiga freguesia com mais território e com mais população.-----

-----Reportando-se às palavras da Sra. Claudia Ferreira, o **Sr. Luís Carlos Lopes** não crê que em nenhum momento tenha sido injurioso, e atendendo aos significados da palavra que utilizou, talvez tenha sido antipático, mas não crê que tenha sido injurioso.-----

-----Também nunca disseram que a colega de 2009 a Junho de 2011 foi assessora do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, onde elaborou legislação e pareceres em várias áreas. Nunca viu o seu grupo municipal juntar as duas coisas. Foi excessiva na sua intervenção, quando também esteve numa situação análoga e a produzir legislação decerto que também houve situações que não foram simpáticas para o concelho de Torres Vedras.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que vão entrar no último ano do mandato, com eleições em outubro, onde os torrienses irão decidir quem os irá governar. A postura do PS hoje e a que será de hoje a um ano, já com novos órgão autárquicos, será sempre no sentido de manter todos os equipamentos existentes a funcionar e a prestar os mesmos serviços à população.-----

-----Assegurou também a mesma postura em matéria de delegação de competências e apoios financeiro tal e qual é feito hoje e uma dinâmica de Junta de Freguesia que respeite os territórios e que respeite esses pólos que se querem constituir.-----

-----Porém tudo farão para que esta lei não entre em vigor e que não se concretize o que se pretende fazer em termos territoriais com as freguesias porque o maior prejuízo será para as populações.-----

-----Anotou que não se revê na posição do PS nacional e concorda com a posição da CDU na

apresentação das 700 propostas à Assembleia da República. O PS nacional devia aprender a fazer oposição construtiva e não ter esta gestão de interesses que não respeitam a população nem quem os elege.-----

----Especificou que o projeto lei em título é subscrito pelo PSD e pelo CDS que redigiram como quiseram e quando o fizeram já tinham na sua posse a reclamação feita pelo município de Torres Vedras à Presidente da Assembleia da República, pelo que se não corrigiram foi porque não quiseram. Devem assumir a responsabilidade de não o ter feito.-----

----Concorda com as palavras do Presidente da Assembleia, quando disse que tudo já estava feito.--

----Deu nota também que a Câmara de Torres Vedras há cerca de três semanas solicitou à UTRAT as atas das reuniões onde foi discutido e votado a proposta para o concelho, mas nunca as recebeu.--

----Deu nota ainda que esta unidade técnica para 15 concelhos do país fez duas propostas alternativas, na sua esmagadora maioria para observar situações idênticas a Matacães, mas não o fez para Torres Vedras, pelo que o PSD devia explicar a razão disto ter acontecido e porque não corrigiu na proposta que fez à Assembleia da República. -----

----Não fizeram uma proposta alternativa para Torres Vedras porque não o quiseram e porque a Unidade técnica não existiu. As coisas vieram feitas do governo para a Assembleia da República como todos já sabiam há muito tempo.-----

----Sobre Runa afirmou que é indicada como sede provisória de freguesia porque tem maioria PSD e na proposta que fez, esta força partidária quis salvaguardar o seu eleitorado. Foi um critério político partidário e nada mais do que isso.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----Pelas 21.00h foi feita uma pausa para jantar, tendo os trabalhos sido retomados às 22.00h, com o período da ordem do dia.-----

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPCÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;-----

---Presente ofício número 13799 de 12 de dezembro da Câmara Municipal de Torres Vedras, a solicitar o agendamento do documento em título, os quais se consideram integralmente transcritos e se encontram arquivados em CD em pasta anexa aos documentos da sessão.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por dizer que quem olha para a proposta para 2013 não se apercebe que se refere a um ano eleitoral, na medida que é um orçamento de 47 milhões de euros com uma redução de 10 milhões de euros, comparativamente com o do ano em curso. -----

----Esta situação resulta essencialmente da redução das despesas de capital, ou seja tem muito menos investimento do que está em curso no corrente ano. É um orçamento que não lhe agrada e

que protesta ter que apresentar enquanto Presidente da Câmara por ser desta ordem.-----

----Informou que esta situação se deve ao facto de QREN ter parado há cerca de dois anos, em que o governo não abriu concursos e não permitiu que se aproveitem as verbas comunitárias que estão disponíveis. As verbas não se esgotaram, mas esta é uma medida em prol do famoso *deficit* do governo nacional. Ou seja para não agravar deficit em 15% naquilo que é a contrapartida nacional não se recebe cerca de 35% de possíveis receitas em prejuízo direto das populações.-----

----Assinalou que bastava terem lançado concurso para as escolas de Ponte do Rol e Campelos para terem o orçamento para 2013 na casa do mesmo valor do de 2012.-----

----Têm projetos parados prontos a avançar mas não existe planeamento, estratégia nem esperança a nível nacional.-----

----Também deu nota que Torres Vedras tem mais de €500.000,00 para receber do Ministério das Finanças referente ao IMT, que só será transferido no próximo ano, situação que não entende e com o qual não concorda.-----

----Não obstante, a autarquia tem obra pública a decorrer que espera ver concluída em 2013, como é o caso do Centro Educativo da Ventosa, o Centro de Educação Ambiental da Várzea, a recuperação do Bairro da Boavista/Olheiros, obras estas comparticipadas com fundos comunitários e ainda a conclusão das obras “Torres ao Centro”.-----

----Igualmente deu nota que pretendem continuar a lutar para concretizar os projetos Pólis para os quais esperam vir a reforçar as verbas com a aprovação pelo Tribunal de Contas do empréstimo que já foi aprovado pelos órgãos da autarquia, para alcançar um dos desígnios a que se propuseram.-----

----Salientou que as despesas com pessoal diminuirão 3,6 %, mas mesmo assim têm uma folga orçamental porque contaram com os subsídios de férias e de natal no sentido de que possam reverter outras verbas em benefício da dívida.-----

----Especificou que as despesas correntes continuam a financiar as despesas de capital como tem sido apanágio dos últimos orçamentos. Continuam também a manter os apoios às juntas de freguesia através de transferências de verbas.-----

----Relativamente ao Mapa de Pessoal prevê-se a abertura de 23 lugares ao longo do ano, e informou que no mês de janeiro terminam 38 contratos a prazo que não podem ser renovados situação que precisam de resolver. Até outubro de 2012 saíram por aposentação 50 trabalhadores e entraram 8.-----

----Como tem sido regra dos últimos exercícios pedem autorização para a Câmara Municipal, em caso de dificuldades de tesouraria, contrair um empréstimo de curto prazo.-----

----Usou de seguida a palavra o líder da bancada socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho** dizendo que quer acreditar que a discussão deste ponto não irá gerar a controvérsia de outros assuntos discutidos no âmbito do período da ordem do dia. -----

-----Fez notar que ninguém no Executivo Municipal votou contra, ou seja o documento em apreço no seu essencial, recolheu o entendimento de todos os seus membros.-----

-----Anotou que menos €10.000.000,00 no orçamento traduz-se numa redução de 17,15% relativamente a 2012. As receitas de capital decresceram 51% o que se percebe uma vez que as candidaturas QREN não são possíveis e esta redução de receitas corresponde a obras que não estão a ser executadas e podiam sê-lo.-----

-----Referiu que em 2012 foram recebidas as verbas das obras feitas com comparticipação do QREN, o que permitiu reduzir a dívida, o que não vai acontecer em 2013 e terá consequências na quebra das receitas de capital.-----

-----Referiu ainda que as receitas correntes aumentaram e vão financiar as despesas de capital em mais de €2.000.000,00 o que lhes apraz registar. Também registou como positivo a redução da dívida à ADSE.-----

-----Relativamente ao pessoal mencionou que do fim às reformas antecipadas resultou a corrida às aposentações, pois se estas forem requeridas até ao dia 31 de dezembro vigoram as regras anteriores.-----

-----Como outro dado importante relevou o decréscimo com juros e outros encargos.-----

-----Verificou no documento em apreço algumas linhas de coerência com os últimos orçamentos que visam adequar a realidade da atividade autárquica à situação de crise económico/financeira que afeta a população portuguesa.-----

-----Assim salientou que não são aumentados os impostos do IMI e IRS, que muito iriam penalizar os torrienses e denota uma gestão prudente que vem dos últimos anos e que saúdam.-----

-----Ressalvou pela negativa o QREN parado que prejudica mais do que beneficia, uma visão estritamente monetarista do Ministro das Finanças, pela qual desconhecem o preço que irão pagar.---

-----Para terminar disse que nas suas linhas gerais os documentos previsionais em discussão são coerentes com os anteriores e merecem o voto favorável do grupo municipal do PS.-----

-----O representante do CDS-PP *Sr. José Adriano* começou por solicitar que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse como é que foi alcançada a verba de €7.420.000,01 para o Programa Pólis, quando se tem falado em €5.000.000,00.-----

-----Aludiu à verba de €191.106,00 orçada para Associação Leonel Trindade questionando para que se destina e de que se trata o “Recentrar-Torres Vedras” e que efeitos já produziu. -----

-----Inquiriu ainda para que efeito é a verba de €30.000,00 referente a “encargos de cobranças de receitas ” e se a verba de €90.000,00 atribuída ao Boletim Municipal é só para este fim.-----

-----Por último questionou qual a percentagem das despesas correntes no orçamento.-----

-----Teve de seguida a palavra o líder da bancada social democrata *Sr. Luís Carlos Lopes* que entende o voto de protesto que o edil anunciou contra a política de contenção mas igualmente regista

o seu protesto contra o governo Sócrates que os conduziu a esta situação.-----

----Observou ainda que a realidade é que em maio do ano anterior tiveram um programa de assistência financeira que foi negociado pelo então Ministro das Finanças do PS, Teixeira dos Santos, com o CDS-PP e PSD.-----

----Esta é a realidade que se sente no país, que faz com que as posições do PS não possam ser tão convictas e tão enérgicas como gostariam. É um partido responsável que não pode deitar fora agora aquilo que assinou-----

----Reforçou que o orçamento da Câmara de Torres Vedras é o reflexo da situação do país, não é confortável para ninguém e todos gostariam que fosse diferente.-----

----No tocante às obras, seria óptima fazerem obras úteis para todos os munícipes, mas provavelmente existem algumas que não precisavam de ter sido feitas, e se avaliarem bem, o dinheiro que foi gasto poderia ter sido utilizado noutra escola.-----

----Também ele não gosta do QREN parado e de não estarem determinadas as regras, mas certamente quando estiverem definidas terão que ser redireccionadas mesmo a nível nacional.-----

----Declarou que o orçamento baixa €10.000.000,00 em relação ao ano anterior, sendo que há redução acentuada nas receitas de capital, tendo o edil já referido que está acautelada a possível reposição dos subsídios aos funcionários, mas também sabem que de certa maneira o seu não pagamento em 2012 contou para as contas estarem desta forma. -----

----Referiu que o Programa Pólis talvez tenha que ser reequacionando e espera que o empréstimo seja aprovado pelo Tribunal de Contas.-----

----Constatou que em certas funções ainda se vê reflexos de investimento sendo a maioria das despesas de capital a nível de apoio às associações para instalação dos campos relvados, no apoio ao Sporting Clube de Torres assim como na Regularização da Ribeira das Voltas, e um conjunto de obras residuais que estão a terminar.-----

----Como ressalva dá nota que há nas funções de despesa corrente, alguns itens que poderiam ser mais reduzidos, para que pudessem ter uma despesa corrente menor.-----

----Questionou se o valor de €35.308.277,00 que corresponde ao total das despesas correntes já incluiu os subsídios dos funcionários.-----

----Quanto à referência feita ao número de aposentações considera que o facto de se aposentarem pessoas é favorável para o orçamento, mas poderá ser prejudicial no aspeto funcional.-----

----Salientou que não é um orçamento eleitoralista e também não acha que deva ser. Quem for a eleições em 2013 não pode dizer que vai fazer obra e terá que se pensar mais nas funções sociais do que na obra física. Nesta vertente considera o mais importante as escolas, que lamenta não se conseguir concretizar. -----

----Verificou que está orçado € 2.500.000,00 paramaterial o que vai dar para fazer muito alcatrão,

ou seja ainda tem uma reserva estratégica que valerá para as eleições.-----

-----Reafirmou que não se trata de um orçamento alegre, poderia ser aprofundado e ter mais cortes e terão que reformular algumas das obras que pretendiam fazer.-----

-----O líder do Grupo Municipal da CDU *Sr. Nozes Pires* começou por dizer que se trata de uma discussão simbólica, uma vez que finaliza um mandato de quatro anos.-----

-----Assim, mais uma vez deu conta que os membros do Executivo que são os seus adversários políticos não têm que realizar os planos da oposição da mesma maneira a oposição não tem que aprovar os planos dos seus adversários. O programa da CDU das últimas eleições autárquicas é melhor que o do PS, e não se revêem no essencial do seu programa pelo que lhes resta votar contra ou absterem-se.-----

-----Consequentemente frisou que o orçamento e PPI para 2013 em discussão continua a não realizar algo que para a CDU lhe parece adequado para o concelho, pois acham que existe uma falta lamentável de centros que organizem o desporto.-----

-----Ficou por fazer o Centro Desportivo de Arenas, assim como outras obras ligadas ao atletismo, que o leva a crer que o concelho de Torres Vedras continua a pecar por uma certa irracionalidade na questão da organização desportiva, que também se manifesta no modo como a promoção do desporto é deixado às freguesias, cujo aspeto participado respeitam, mas um apoio de modo a que não se focasse só em determinadas modalidades.-----

-----Do mesmo modo entende que falta política de cultura. Existe difusão na cidade mas continua a acreditar que as aldeias e freguesias precisam de mais apoio técnico e naquelas onde a cultura se realiza através da música, não se realiza de outras formas e entende que não devem deixar extinguir as tradições.-----

-----Continuou indicando que quem conhece o concelho não pode afirmar com factos, que o desenvolvimento cultural esteja assegurado em todas as suas aldeias e freguesias.-----

-----Disse que assistiram ao falhanço do Pólis e as razões aventadas podem ser justas, mas constata ser Torres Vedras a única cidade do país que não tem este programa concretizado.-----

-----Anotou que o Executivo tem as suas prioridades e tem toda a legitimidade. Essas prioridades traduzem-se em compromissos que criaram despesas avultadas, sendo que a CDU nunca teria feito da mesma maneira os campos relvados. A Câmara Municipal teve esta opção e comprometeu outras despesas e outros investimentos.-----

-----Ainda relativamente aos compromissos que a autarquia assumiu, mencionou os Centro Educativos que também a CDU não teria feito lembrando que a política de concentrar as escolas em super estruturas já vem do governo Sócrates e investiu-se em algo que não foi assegurado pelo governo seguinte.-----

-----Lembrou ainda que a questão do encerramento das escolas foi mal gerida, os alunos tiveram

aulas em contentores, foi um erro e estão a pagá-lo.-----

----Questionou se a construção do Centro de Educação Ambiental se mantém e qual será o seu fim já que o edil disse que duvida que será utilizado para esse fim. -----

----Questionou ainda a que se refere o Sistema Integrado de Gestão de Estacionamento da Cidade e a que se destina a verba atribuída ao Centro de Artes do Carnaval.-----

----Subscreveu a intervenção anterior no que se refere ao montante estipulado para material de obras para stock, e que significa que em ano eleitoral muitas estradas vão ser alcatroadas.-----A terminar a sua intervenção reforçou que os Documentos Previsionais para 2013 em discussão estão comprometidos com a paragem do QREN e não deviam ter confiado tanto.-----

Dirigiu-se à bancada do PSD, que representa o partido do governo, para dizer que estão a dificultar o lançamento de obras públicas locais e mandar o país para a pobreza.-----

----O autarca da Ponte do Rol **Sr. Pedro Vasa** questionou se o QREN poderá abrir em 2013.-----

----No entendimento de que as receitas de IMI vão aumentar, resultante das habitações das freguesias questionou se a Câmara Municipal não poderia direccionar alguma parte dessa verba às juntas de freguesia, no sentido de poderem compensar os seus habitantes.-----

----Quanto à tão falada verba para alcatrão, disse que até devia ser mais elevada pois existem no concelho estradas em estado lastimável, algumas delas alcatroadas há mais de 30 anos.-----

----A **Sra. Claudia Ferreira** disse estarem a discutir documentos que refletem o agravamento da crise económico e social que se vive no país, bem como os condicionalismos financeiros que atravessarão durante o ano de 2013. É um orçamento muito realista e de “pés bem assentes na terra”.

----Considera que não interessa saber de quem é a culpa, interessa é que o orçamento vê-se obrigado a refletir a falta de orientação do governo sobre o QREN, que se existe deve ser usado para servir as populações sendo que Torres Vedras sempre soube aproveitar muito bem estes fundos para esse efeito.-----

----Mesmo assim em Torres Vedras com o orçamento em apreço consegue-se assegurar a prestação no serviço público e mantém-se o compromisso assumido em áreas como a educação, o apoio social aos mais carenciados, o ambiente ou sustentabilidade.-----

----A prova disto é que duas das grandes rubricas são a escola da Ventosa mas também a reabilitação de Boavista/Olheiros, num orçamento com uma redução de 17,15%, ou seja corta-se mas com “pés e cabeça”.-----

----Relativamente ao corte de 3,6% nas despesas com o pessoal registou que não os vê com apreensão uma vez que grande parte diz respeito a aposentações de funcionários da Câmara. No entanto lembra que estavam a falar de pessoas que têm rosto e têm famílias e não se devem regozijar com os cortes em pessoas.-----

----Terminadas as intervenções teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns

esclarecimentos:-----

----O edil começou por endereçar as questões do membro José Adriano, explicando que o valor de €7.420.000,00 para o Pólis, refere-se ao montante orçamentado para concurso que está a decorrer.---

----Explicou ainda que verba de €191.106,00 é o valor global definido até 2016, mas a verba a atribuir à referida associação em 2013 é de €12.471,00 e o “Recentrar – Torres Vedras trata-se de um programa de parcerias ao nível da programação cultural de Cineteatros e são verbas previstas no âmbito desta candidatura.-----

----Esclareceu também que os encargos de cobrança de receita dizem respeito ao que pagam ao estado com a receita do IMI e do IMT e que os €90.000,00 não se refere apenas à Revista Municipal, que ronda os €60.000,00/ano.-----

----Confirmou que no valor total das despesas correntes estão incluídos os subsídios de natal e férias aos funcionários.-----

----Entende que é péssimo a redução no pessoal para a Câmara Municipal pois com menos pessoas prestam menos serviços e já têm recebido algumas reclamações a nível do serviços de limpeza dos moloks por causa da falta de pessoal. Precisam de pessoal mas têm que ser contidos, porém julga que ainda consegue fazer uma gestão equilibrada dos serviços.-----

----Sempre disse que em termos de investimentos as escolas eram o mais importante e se durante o QREN fizessem escolas e saneamento ficava feliz. Fizeram o saneamento à custa do orçamento da autarquia e em termos de escolas fizeram 13 centros educativos sendo a grande preocupação do Executivo as 9 ou 10 que não conseguiram fazer. -----

----A sua indignação é pelo facto de aquilo que estava programado fazer em termos de QREN não ser concluído ou seja ter sido cortado de forma abrupta e de terem sido desviadas essas verbas não sabe para que fim.-----

----Este governo nunca definiu prioridades e ao dia de hoje não sabem o que irá ser feito e não sabem que projetos hão-de preparar para submeter às candidaturas quando estas abrirem. -----

----Sabem que o QREN acaba em 2014, mas para ter obra em 2013 e 2014 tinham que ter os concursos abertos agora. Trata-se de falta de planeamento, de estratégia e de visão para o futuro e afeta todas as autarquias do país.-----

----Considerando as escolas importantíssimas tinha que acrescentar a orla costeira de Torres Vedras, cuja regeneração/recuperação que é fundamental para o tecido económico do concelho e para o país do futuro.-----

----No tocante ao valor de material de obra em stock informou que para as estradas estavam a falar apenas de €750.000,00, e o restante valor tem a ver com dívida e com compromissos assumidos. A Câmara Municipal tem capacidade de executar 15 km²/ano de novas estradas e é o que vão continuar a fazer em 2013.-----

-----Prosseguiu dizendo que não concorda com a acusação da falta de política cultural na cidade ou nas aldeias e muito menos de falta de apoio às modalidades e ao desporto. Nunca pretenderam municipalizar nem a cultura nem o desporto ao nível do concelho, nem ter delegados do PS em cada freguesia ou em cada colectividade.-----

-----Deu nota que anualmente apoiam cerca de 3000 atletas em todo o concelho, de 20 modalidades desportivas e que envolvem 42 associações. Trata-se de um projeto do qual muito se orgulham.-----

-----Deu nota ainda que na passada semana premiaram os alunos que participaram nos campeonatos municipais na época transata e se evidenciaram pelo seu esforço escolar, que já vai na sua 5.^a edição.-----

-----Assinalou que também dão apoio direto às bandas *per capita* para formação e para renovação de material, o que o Ministério da Cultura nunca fez. É falso dizer que não há apoio, há apoio, pode é não ser o que a CDU gostaria.-----

-----Reportando-se à questão do Pólis assentiu que em termos materiais existe um falhanço pois o mesmo já devia estar executado à presente data e não está por uma série de adversidades. Antes fossem o único concelho do país sem ter o Pólis feito, referindo que Almada, uma autarquia da CDU também está com dificuldades para terminar o Pólis na Costa da Caparica.-----

-----Quanto à alusão aos centros educativos e aos contentores achava que era um assunto já “enterrado” mas se o Presidente da Junta da Carvoeira quisesse podia ajudá-lo numa sessão de esclarecimento ao membro Nozes Pires sobre as vantagens de um Centro Educativo numa freguesia rural, que foi a primeira freguesia do concelho a ter um, o que é ilustrativo da política do PS.-----

-----Esclareceu que o Sistema Integrado de Gestão de Estacionamento na Cidade é um investimento que estará em curso no próximo orçamento, com uma verba de €1.200.000,00 dos quais 70% são participados com fundos comunitários.-----

-----Trata-se de um programa que tem a ver com a instalação de novos parquímetros na cidade e com gestão integrada de todo esse sistema, mais a rede de bicicletas. -----

-----Esclareceu também que a verba atribuída para o Centro de Artes do Carnaval destina-se à adjudicação do projeto, que o Executivo escolheu resultante do Concurso de Ideias realizado para o efeito.-----

-----Disse que não percebeu a intervenção do autarca da Ponte do Rol relativamente à afetação da percentagem do IMI mas julga que os aumentos não serão assim tão grandes como o que se fala, pois não podem esquecer que com as avaliações, a taxa passa para 0,4%. Assim irão aguardar, mas não serão superiores a 15%, e depois procederão ao ajuste da taxa se entenderem necessário.-----

-----No entanto não concorda que se afete diretamente às juntas os valores resultantes desses aumentos de acordo com as receitas de cada uma.-----

-----Pedi novamente a palavra o **Sr. Luís Carlos Lopes** para dizer que não concorda com as

palavras do membro Nozes Pires quanto aos Centros Educativos lembrando que havia certas escolas do concelho em muito mau estado e que a Vereação da CDU nunca foi contra os campos relvados.--

-----Concorda com o edil quanto aos Centros Educativos e também que é fundamental que as arribas sejam intervencionadas.-----

-----Deu nota que já houve a reformulação do QREN cujo financiamento que foi direccionado para o “Impulso Jovem” que é um plano estratégico de Iniciativas à Empregabilidade Jovem e de apoio às PME. O edil disse que acaba em 2013, mas sabe que pode não ser assim, acreditando que surjam atrasos, tal como aconteceu com as obras que foram feitas em Santa Cruz, três anos depois do QCA ter terminado.-----

-----Vão surgir formas de financiamento e se Torres Vedras tiver projetos prontos outras “janelas” de oportunidade irão aparecer que possam ser aproveitadas.-----

-----Em relação ao orçamento, e pegando nas palavras do edil sobre o IMI, sabem que o aumento vai ser maior e que o município vai receber muito mais do que €9.180.000,00.-----

-----Ainda no documento referenciou a rubrica “outros” com dois milhões de euros, que acha estranho não estar especificado.-----

-----Reportou-se ao parecer do Revisor Oficial de Contas, para indicar que continua a constar a rubrica de venda de bens de investimentos com o valor de €2.400.000,00 uma vez que não está de acordo com o objetivo de equilíbrio orçamental, tendo até o município já sido questionado pelo Tribunal de Contas.-----

-----Também concorda com o edil quando disse que a autarquia tem apoiado o desporto nomeadamente a formação e o desporto juvenil, e pensa que está a funcionar bem, não municipalizando mas apoiando as tais 20 modalidades.-----

-----O Grupo Municipal do PSD gostaria que este orçamento fosse diferente e que constasse mais obra mas não é nos tempos que correm, quando não há dinheiro que vão dizer isso. Assim irão abster-se tal como foi a posição dos seus vereadores no Executivo.-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* fez notar que a Câmara Municipal tem feito um esforço excepcional em cada uma destas áreas, desporto e cultura.-----

-----Disse também que não obstante a recente aproximação do PSD ao Sr. Presidente da Câmara, ele irá ganhar as próximas eleições com maioria absoluta, e em 2015 vai haver um novo governo com uma diferente orientação política.-----

-----Quanto às críticas à opção deste Executivo na construção de Centros Educativos disse que só crítica quem os desconhece e deixou o voto de que o programa de construção dos centros educativos seja completado, mais tarde ou mais cedo, uma vez que é uma mais valia que deve ser colocado nas prioridades de um Executivo Municipal que se preze.-----

-----No que respeita à alusão de que alcatrão é um instrumento eleitoralista, interrogava-se o que não

dirão os habitantes das ruas e estradas que estão esburacadas. No seu entender é uma matéria prima básica para uma intervenção essencial nos dias de hoje para servir as pessoas.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* disse que estão no último ano do mandato, não se pode recandidatar e sai frustrado. Há uns anos atrás na Câmara Municipal havia uma estratégia que era um pavilhão por freguesia, seguindo-se a sede de freguesia e depois os centros educativos mas por azar a Ponte do Rol não tem nenhum destes equipamentos.-----

-----Quanto à futurologia feita pelo membro José Augusto de Carvalho, o *Sr. Luís Carlos Lopes* respondeu que pensava que ele ia dizer que o Presidente Carlos Miguel ganhe ou perca as eleições em 2015 já não estará cá, pois é norma do PS.-----

-----O *Sr. Nozes Pires* manifestou a sua satisfação com a aproximação do fim do mandato, mostrando-se um pouco cansado com a política em que as pessoas nas suas intervenções alteram as palavras dos seus adversários.-----

-----Não é verdade que é contra a cultura na cidade. No entanto defende que havendo muitos licenciados nas áreas de animação cultural e pessoas com o 12.º ano, que estão desempregados a autarquia podia, a troco de alguma remuneração, dar apoio às freguesias. Se já se faz nalguma aplaude, mas a sua intervenção nada tem a ver com municipalização.-----

-----Quanto aos Centros Educativos, sempre disse que estava contra o processo apressado e por o Presidente da Câmara ter ido a correr cumprir a política da Ministra.-----

-----Tomou novamente a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para esclarecer que os €700.000.000,00 afectado ao emprego através do “Impulso Jovem” é dinheiro retirado às autarquias em projetos aprovados e assinados, tendo calhado a Torres Vedras €1.200.000,00 na Plataforma Tecnológica para Santa Cruz.-----

-----Esclareceu também que a verba orçamentada para venda de bens e equipamentos é uma estratégia seguidas por todos os municípios para equilibrar o orçamento e o valor de €2.000.000,00 na rubrica “Outros” são o conjunto de pequenas rubricas que existem em todas as áreas.-----

-----Para terminar informou que através do PAIAL fazem, apoio à cultura no meio rural. ----- Registou a aproximação do PSD às políticas do PS, mas para as próximas eleições o PS não está interessado em nenhuma coligação, nomeadamente com o PSD.-----

-----Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto em discussão.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria, de 31 votos a favor, 14 votos contra e 1 abstenção as Grandes Opções do Plano e o Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2013, do Município de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 46 membros.-----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS APROVADO PARA 2012, NOS TERMOS DA

ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente ofício número 13681, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 7 de dezembro a enviar a revisão, solicitando o seu agendamento.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a revisão visa criar uma rubrica para arrecadar as transferências a efectuar pela AMO+, decorrente de deliberação em ratear pelos municípios valores em excesso na tesouraria e no orçamento da despesa reforçar a rubrica referente a “Empresa de recolha e tratamento de resíduos”.-----

-----Não se registaram intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 44 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2012.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 45 membros.-----

PONTO 3 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – GRANDES OPCÕES DO PLANO E ORCAMENTO RECEITA/DESPEZA, E MAPA DE PESSOAL, PARA O ANO DE 2013 DOS SERVICOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente ofício número 13800, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 12 de Dezembro a remeter os documentos em título os quais se consideram integralmente transcritos se encontram arquivados em pasta anexa aos documentos da sessão.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* realçou que estavam perante um orçamento equilibrado, em que as despesas de capital são suportadas pelas receitas correntes, há diminuição desta despesa em 8% e em que verificando-se um aumento das despesas com pessoal esta deve-se aos aumentos dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações. -----

-----Realçou ainda que o grande ciclo de obras está a chegar ao fim, com a cobertura de água no território em cerca de 99% e as redes separativas na ordem dos 80%. A partir daqui têm apenas pequenas obras para executar e o orçamento reflete isso mesmo.-----

-----Nota-se um aumento do investimento na água, que resulta da necessidade de construir um depósito no Maxial, que é uma obra de vulto.-----

-----Realçou também que à data os SMAS possuem 169 trabalhadores, mas em 2006 tinham 214. Aproveitando as aposentações têm vindo gradualmente a diminuir os encargos e o quadro não pondo em causa o serviço público que prestam.-----

-----O *Sr. Jorge Ferreira*, começou por dizer que o Grupo Municipal do PS saúda o rigor deste instrumento previsional para 2013 que merece especial destaque no contexto de crise que vivem e da sua diminuição substancial na ordem dos 16%.-----

-----Verifica-se uma contenção das despesas a todos os níveis e praticamente todas as rubricas, normalmente designadas por despesasistas, diminuem em linha com o que se tem vindo a verificar em exercícios anteriores.-----

-----Este facto exemplificou com as despesas em material de escritório que decresceram 20%, tal como tinham diminuído 33% no ano anterior, assim como na rubrica transportes que prevê a redução 43%, quando em 2012 já tinha sido de 84%.-----

----Denota um esforço de contenção e a preocupação transversal do não comprometimento da qualidade do serviço que assinalam como positivo e que levará a que votem a favoravelmente. -----

-----No quadro destas preocupações destacam uma vez mais a sensibilidade social que nunca é esquecida, nomeadamente a continuação e aprofundamento de medidas que discriminam positivamente determinados grupos sociais, como sejam os desempregados, as pessoas em situação de pobreza, as famílias numerosas, os pequenos comerciantes e profissionais liberais.-----

-----Consideram que é esta visão estratégica e responsável na gestão sem nunca esquecer as pessoas e sobretudo as mais carenciadas que tem caracterizado os SMAS ao longo destes anos e é também este o contributo muito valioso que têm dado para que Torres Vedras esteja na linha da frente como município socialmente e familiarmente responsável.-----

-----Saudou todos os colaboradores dos SMAS na pessoa do seu administrador Sérgio Simões pelo excelente trabalho que tem vindo a efetuar em prol do concelho e das suas populações.-----

-----Como ponto prévio o **Sr. João Bastos** manifestou a sua opinião de que a água e outras infraestruturas básicas nunca devem ser privatizadas.-----

-----Reportando-se à redução de pessoal assinalada pelo edil, julga que em parte se deve à subcontratação de privados para executar alguns serviços.-----

-----Disse que todos sabem que a água no município de Torres Vedras está entre as três mais caras do país, tendo já numa sessão anterior feito uma intervenção comparando a água que é paga em Lisboa, com Torres Vedras, onde se paga mais.-----

-----Apresentou novamente alguns dados elucidativos sobre os preços concluindo que em Lisboa um metro cúbico custa em média €1,31 e em Torres Vedras €3,14, ou seja quase três vezes mais.-----

-----Fez notar que estavam a falar de uma atividade sem concorrência e não consegue votar favoravelmente um relatório de gestão em que a água é mais cara.-----

-----Sugeria que os SMAS tentassem renegociar o preço da água com a EPAL, pois acha que tudo é negociável e não podem continuar a pagar este valor.-----

-----Nesta sequência disse que recomendou ao grupo municipal de que faz parte, que não votasse favoravelmente estes documentos.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** questionou o membro se Torres Vedras tinha captações próprias de água ao que o **Sr. João Bastos** respondeu que sim, mas sem capacidade para fazer a distribuição à

população de Torres Vedras.-----

-----De novo no uso da palavra o *edil* começou por agradecer as palavras estimulantes do Sr. Jorge Ferreira, mas não compreende argumentação do membro João Bastos.-----

-----Assim fez um pequeno historial, que remonta aos tempos do José Augusto de Carvalho, e que numa altura em não tinha água para fornecer à sua população, negociou a sua aquisição.-----

-----Deu nota que foi sempre estratégia ao longo dos vários mandatos, com a CDU, PSD e PS na administração, os SMAS praticarem um preço consentâneo com o seu custo. Ou seja não haver uma prática de financiamento do custo da água aos consumidores o que permitiu ter uma gestão corrente equilibrada, sendo o investimento suportado pelo município. -----

-----Lembrou que o PSD sempre concordou e bem que fosse esta a política de gestão da água no concelho de Torres Vedras e numa altura em que não havia água.-----

-----Lembrou ainda que tudo mudou, e foi criada a Águas do Oeste, S.A que agregou 14 municípios que assinaram um contrato através do qual beneficiavam de uma pequena redução no preço da água.

-----Foi há 15 anos a esta parte em que o município entregou as todas as suas infraestruturas a esta sociedade e toda a água que consomem é daqui. Todas as captações que têm, estão fechadas.-----

-----Assinalou que continuam a não financiar a água aos clientes. A Água do Oeste, S.A. compra a água que lhes fornece à Águas de Portugal, que por sua vez a adquirem à EPAL que são empresas maioritariamente governamentais. O preço da água é fixado pelo governo com o qual não mexem nem têm condições para negociar.-----

-----Para o futuro o PSD propõe a agregação dos multisistemas e Torres Vedras deverá integrar um sistema com 100 municípios da região centro, com o qual não haverá abaixamento do preço da água mas uma subida substancial da água fornecida pela EPAL aos seus consumidores.-----

-----Frisou que haverá uma pequena redução no preço da água que considera “enganadora” uma vez que para 2013 a Águas de Portugal deu ordens a todos os subsistemas para aumentar 3% na água e 10% no saneamento, prevendo em 2014, com o novo sistema, baixar 15%.-----

-----Anotou que o governo pretende ter um preço de água uniforme para todo o país, o que é de louvar e pretende verticalizar todos os sistema (alta e baixa) e pelas simulações feitas a tarifa numa verticalização de referência vai ser igual à de Torres Vedras, pelo que são os outros municípios que vão subir o seu preço.-----

-----Anotou também esta política defende que na nesta verticalização e também na agregação de municípios a gestão dos multisistemas de água na alta e na baixa, seja dada a privados.-----

-----Reforçou que a capacidade de negociar é nula, o preço da água resultou das negociações que foram feitas antes e não existe concorrência onde os municípios possam ir comprar pelo que estão limitados. Pior que isso são as previsões que esta gestão será privatizada, sendo o prazo proposto para a concessão de 50 anos, processo com o qual não concorda. -----

-----O **Sr. Jorge Ferreira** manifestou o seu apreço pelo exercício de cidadania que o membro João Bastos sempre apresenta e apelou que daqui a uns meses mantivesse este princípio, estando em crer que poderá incorrer em algum conflito relativamente ao PSD, na medida em que está prevista a privatização da água e certamente mais tarde ou mais cedo poderão ter que decidir sobre esta matéria e espera que possam estar unidos nessa luta.-----

-----O **Sr. João Bastos** agradeceu os esclarecimentos do Presidente da Câmara, declarando que tenta estar informado mas não têm acesso a tanta informação como ele tem.-----

-----Ainda sobre o mesmo assunto solicitou ao Sr. Administrador que informasse qual a percentagem de água vendida no 1.º escalão, que os SMAS fornecem a preço inferior ao de compra e a que se refere a tarifa variável de saneamento.-----

-----Sabe que a Câmara Municipal está limitada a comprar à Águas do Oeste e no seu entender o local certo para discutir este assunto é na CimOeste, não percebendo como é que uns municípios pagam um valor e Torres Vedras outro. A questão da privatização é futuro, mas há 20 anos que andam nisto e esta reivindicação já devia ter sido feita.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** começou por solicitar ao Conselho de Administração dos SMAS que criassem condições para que surgisse um trabalho que mostrasse o abastecimento de água em quantidade e qualidade às populações torrienses, antes e após a ligação à EPAL.-----

-----Tratou-se de uma questão não só de quantidade mas também de qualidade, tendo em conta que a origem era subterrânea e não têm aquíferos de qualidade.-----

-----Disse também que embora lhe chegassem referências que a privatização era sinónimo não de eficiência mas de acréscimo de custos, também há que sinalizar o aspeto da responsabilização, ou seja a plena ausência de responsáveis não sabendo o cidadão a quem se deve dirigir.-----

-----Defendeu que quem obteve fundos comunitários para a construção de infraestruturas para água, esgotos e lixos fê-lo com o melhor propósito mas não previu que o cidadão iria pagar mais, a longo prazo, resultante da fase de conservação e gestão.-----

-----Também não vê forma de fugir à questão de equilíbrio/ harmonização de preços quando se sabe que há largas manchas territoriais do país onde a água é fornecida a preços irrisórios mas se calhar com qualidade duvidosa e no dia que quiserem dar esse salto qualitativo as críticas não serão só na Assembleia Municipal mas generalizadas por todo o país.-----

-----O **Sr. João Bastos** disse lembrar-se que a qualidade da água não era boa e que na altura Torres Vedras estava com a “corda ao pescoço”, mas o fundamental da sua intervenção é que passaram 20 anos e não percebe porque não se tentou renegociar o preço.-----

-----O **Sr. Jorge Ferreira** lembrou que noutra sessão da Assembleia Municipal já tinha sido discutida a utilidade da CimOeste, a questão dos preços da água assim como a penalização dos municípios cumpridores em relação aos municípios devedores.-----

-----Também lembrou que nessa ocasião o colega Luís Carlos Lopes assumiu a responsabilidade de levar esse assunto à assembleia intermunicipal, mas depois disso já participou em duas reuniões e nada ouviu por parte do colega, deixando um apelo para que o faça numa próxima.-----

-----Sabe que não explica na totalidade a formação dos preços da água mas ajudaria.-----

-----Para mais alguns esclarecimentos foi dada a palavra ao *Sr. Administrador Sérgio Simões*:-----

-----Quanto às questões do membro João Bastos esclareceu que não são os SMAS que inventam os escalões e os que utilizam são recomendados pela entidade reguladora e influencia o preço por metro cúbico. Este valor não é €3,14 mas €2,80, previsto como referência nacional, tal como mencionado pelo edil, com uma variação de 0,50 cêntimos em função da variável geográfica.-----

-----Disse que os SMAS estão dentro dos valores que são possíveis e têm feito esse esforço de repercutir os custos sem exagerar.-----

-----Quanto à tarifa variável de saneamento esclareceu que os SMAS recolhem o esgoto que é depositado em ETAR, pelo qual pagam à Águas do Oeste, S. A, em função de 90% da totalidade da água consumida.-----

-----Informou que são 19.900 (50%) consumidores que nunca ultrapassam os 5m³ e 26.700 (67%) que nunca ultrapassa 8m³ que é a média de consumo do município de Torres Vedras. Para os primeiros a fatura em 2013 baixou 1,2 %, para os 67% aumentou 1,7%, para os consumidores de 10 m², que é a referência nacional do preço por metro cúbico, aumentou 2,8%, claramente abaixo dos 3% de aumento que a Águas do Oeste vão fazer para 2013.-----

-----Não podem colocar em causa a sustentabilidade de uma instituição que tem por obrigação abastecer o público tanto em quantidade como em qualidade, e isso tem custos de manutenção, conservação, etc.-----

-----Deu nota ainda que decidiram aumentar o escalão da tarifa social que abrange agora quase 800 consumidores, que de 15m³ passou a 20m³.-----

-----Concluídas as intervenções o Presidente da Mesa submeteu à votação os documentos em título.-

-----A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria de 35 votos a favor 1 voto contra e 10 abstenções, aprovar os Documentos Previsionais – Grandes Opções do Plano e Orçamento Receita/Despesa, e Mapa de Pessoal, para o ano de 2013 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 46 membros.-----

PONTO 4- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2012 – ORÇAMENTO/DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;-----

-----Presente ofício número 13682, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 7 de Dezembro a remeter a revisão em título, para agendamento que se refere à transferência para 2013 da verba para a construção da 2.^a cédula e remodelação da câmara de manobras do reservatório do Maxial e reforço da elevação para o reservatório da Folgarosa. -----

-----Não havendo intervenções passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 45 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a 2.^a Revisão aos Documentos Previsionais para 2012 – Orçamento/Despesa e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 46 membros.-----

PONTO 5 – ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE – LEI N.º 49/2012 DE 29.08 – APROVAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO;-----

-----Presente ofício número 13769, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 12 de Dezembro o qual, de conformidade com o aprovado pelo Executivo no dia anterior, submete informação sobre o assunto em título para aprovação deste órgão.-----

-----Foi dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* que fez uma breve introdução conjunta para o assunto em título e para os pontos 6, 7 e 8.-----

-----Assim deu nota que a adequação em apreço é uma imposição legal, pelo que tiveram que proceder à reestruturação orgânica tanto nos SMAS como na Câmara. As grandes alterações verificam-se nos SMAS que passam de 5 para 2 dirigentes, mantendo-se as 13 subunidades orgânicas.-----

-----No que se refere à Câmara Municipal a alteração não é significativa e sabendo que esta situação provoca incómodos e transtornos ao funcionamento, irão fazer todos os esforços para não se venha a refletir na prestação de serviços.-----

-----Disse ser propósito assumido quer na Câmara quer nos SMAS que as comissões de serviços dos dirigentes são para manter na íntegra e até final.-----

-----No que concerne à remuneração e ajudas a dar ao pessoal dirigente foi o propósito unânime do Executivo de as mesmas se manterem a todos tal e qual têm vindo a vigorar até à data. Estão a falar de ajudas mensais na ordem dos €220.-----

-----O *Sr. Marco Claudino* deu nota que o memorando de entendimento determinou uma redução de 15 % do número de dirigentes em todos os municípios do país em 2012, o que implicaria nalguns municípios o pagamento de indemnizações. O governo entendeu que não era justo e que se podia fazer de outra forma, ou seja criando critérios uniformes para todo o país.-----

-----Assinalou que para Torres Vedras a questão não é muito difícil, ao nível da realidade atual atendendo ao que a lei permite, mas a proposta apresentada não traduz uma adequação da estrutura

que tem que ser feita até 31 dezembro.-----

----O regulamento de serviços municipais em vigor prevê um número superior ao previsto pela lei pelo que o proposto é uma não adequação da estrutura nos termos da lei 49/2012 de 29.08.-----

----Assim alerta para este facto, de modo a que a Câmara Municipal se entender, poder ainda até ao final do ano reformular esta proposta adequando a sua estrutura de dirigentes conforme o que a lei 49/2012 de 29.08 determina.-----

----Disse ainda que o PSD entende que as comissões de serviços se podem manter até ao seu termo, nos termos permitidos pela norma em discussão.-----

----A **Sra. Rita Sammer** começou por dar nota que as despesas de representação passaram a estar previstas em 2006 e agora decisão da Assembleia por proposta da Câmara Municipal.-----

----Relativamente às competências disse que a legislação não prevê como competências dos dirigentes a representação do município, nem do serviço nem do sector. Sendo certo que os cargos de direcção superior prevêem nas suas competências a de representação, os cargos de direcção intermédia não, pelo que se questionam se estas despesas devem ser abonadas. -----

----Pela informação dos SMAS perceberam que o cargo do diretor delegado está equiparado a um cargo de direcção superior de 1.º grau, no entanto a lei 49/2012 de 29.08 vem determinar que o cargo de diretor delegado pode ser equiparado, para efeitos de estatuto remuneratório, ao mais elevado grau de direcção previsto na estrutura organizativa do município, que é o de diretor de departamento, portanto os valores e o estatuto remuneratório aplicado não estão corretos.-----

----Questionou ainda a razão de a adequação da orgânica não ter sido feita até ao final de 2012, tanto quanto o ponto 7 do art.º 25.º prevê que mantendo até ao final do respectivo período das comissões de serviço fica determinada a suspensão da alteração à estrutura.-----

----O **Sr. Nozes Pires** subscreveu a intervenção anterior, solicitando que o Presidente preste os devidos esclarecimentos.-----

----O membro **Sérgio Jacinto** referiu que o legislador ao elaborar a lei 49/2012 de 29.08 fez com que a mesma entrasse em vigor no dia seguinte, tendo em atenção a sua importância, pelo que acha estranho que não tenha tido do município a atenção desejável na sua aplicação. Se é aceitável que relativamente ao processamento de vencimentos de setembro a mesma não tenha sido respeitada, já relativamente aos meses seguintes não entende. -----

----Reforçou ainda que entre a entrada em vigor deste diploma e esta sessão já se ter realizado uma Assembleia Municipal de permeio.-----

----Pese embora a documentação que lhes foi distribuída, que para além de técnica também tem algumas apreciações políticas que não cabem a um técnico, na conjuntura atual em que salários foram cortados e suprimidos subsídios, não sente qualquer conforto em discutir despesas de representação no valor de €700 e €180 quando o salário mínimo é de €432.-----

-----Considera que se os sacrifícios são para todos não podem haver dirigentes municipais que estejam fora desta linha de raciocínio.-----

-----Deu nota ainda que há dirigentes do município que têm viaturas atribuídas para uso pessoal, desconhecendo qual o critério que preside a esta atribuição e qual o número de viaturas nesta situação. Nalguns casos o uso poderá não ser abusivo mas é certamente ostensivo, sendo importante não esquecer que a atribuição de viatura é um incremento patrimonial para efeitos tributários para o seu beneficiário e é uma despesa para o município.-----

-----No que se refere à alegada desconformidade com a lei o *Presidente da Câmara*, lembrou que estão no último ano do mandato e a apresentação de uma nova orgânica obrigaria a uma revolução, até porque a maioria dos dirigentes da Câmara estão em comissão de serviço e envolveria a realização de concursos nacionais. Foi uma opção política.-----

-----Acham que não fazer qualquer alteração à orgânica não resulta qualquer prejuízo, e não o quiseram fazer apressadamente, sendo intenção trabalhá-la em 2013 e depois então com todo o tempo apresenta-la aos órgãos do município. -----

-----Relativamente às competências e poderes de representação da Câmara explicou que se trata de uma situação que já tem décadas tendo sido a postura do município manter as ajudas de custo na representação aos dirigentes. A sua esmagadora maioria recebe €180 sendo apenas o Diretor-Delegado dos SMAS que recebe € 700, que herdou de uma situação deliberada em 1996 que se tem mantido e a situação não os aflige até porque ele já deu início ao processo de aposentação.-----

-----São todos iguais e se alguém tem pago a crise tem sido os funcionários públicos e estavam a falar da manutenção de um subsídio que é atribuído há anos e acham ser da mais elementar justiça mantê-los pelos serviços que prestam.-----

-----Disse ainda desconhecer que algum dirigente tenha viatura adjudicada e que a utilize para uso pessoal, solicitando que o membro Sérgio Jacinto forneça as devidas informações.-----

-----A *Sra. Rita Sammer* disse achar inaceitável que o argumento seja “se faz desde sempre” “quando cá cheguei já era assim” “decidimos não fazer” porque se existe uma legislação que regula todos os procedimentos da administração pública e local, mesmo que não concordem com a mesma, têm que a cumprir e fica admirada com a argumentação do edil.-----

-----Vão aprovar a ratificação dos atos de processamento das despesas de representação desde 30 de Agosto de 2012 e têm que corrigir o que não está e acordo com a lei.-----

-----Não compreende que a Câmara pode decidir se cumpre a lei ou não e não podem usar este argumentário. Quando falam deste assunto, estão a falar de 18 pessoas que têm que fazer os mesmos sacrifícios que todos os outros que não são dirigentes.-----

-----Louvou o rigor e detalhe com que os SMAS apresentam sempre os seus documentos e solicitou ao Presidente da Câmara que forneça os valores envolvidos para deliberarem no caso da Câmara

Municipal.-----

----Por último manifestou o seu repúdio e estranheza à leviandade como estes assuntos foram tratados.-----

----Tendo sido alcançado a hora regimental para o encerramento da sessão e porque as bancadas não se mostraram disponíveis para proceder à votação, o Presidente da Mesa, suspendeu os trabalhos, convocando a sua continuação para o dia 27 de dezembro, para as 20.30h, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

----Pedi a aprovação da minuta da ata dos pontos 1,2,3 e 4 que foi aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

----**AOS VINTE SETE DIAS DE DEZEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.**-----

----O Primeiro Secretário da Mesa, Sr. António Fortunato começou por informar que o Presidente Alberto Avelino se encontrava ausente por motivos de saúde, e chamou para completar a mesa o membro Francisco Branco da Silva.-----

----Assim a reunião foi presidida pelo Sr. António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e foi secretariada pela Sra. Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário) e Francisco da Cruz Branco da Silva.-----

----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----

----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, José Augusto Clemente de Carvalho, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Marco Henriques Claudino, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Ana Paula dos Santos Ventura Faria, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Graça Maria Martinho, Ana Cristina Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, João Francisco Mota Tomás, Rui Diogo Pacheco Casaleiro, Francisco João da Fonseca Inácio, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, Pedro Jorge da Vasa Santos, Carlos Manuel Santos Terêncio, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Inácio, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, José António de Jesus Adriano, Bernardino Eugénio da Cruz Jorge, Paulo Dinis Faustino Valentim e Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco.-----

----Faltaram os membros José António do Vale Paulos, Rui José Prudêncio, João Paulo Moreira dos Reis, José Manuel Cristóvão, Mário das Dores Lopes, José Manuel Ferreira Antunes e Carlos Alberto Lopes Veloso.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, António Paulo Veloso Martins Bento, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira e Hugo Miguel Fernandes Martins.-----

-----O **Sr. António Fortunato** deu início à sessão, retomando a discussão conjunta dos pontos 5, 6, 7 e 8 da ordem de trabalhos iniciada na reunião anterior.-----

-----Para o efeito informou que, decorrente de dúvidas que surgiram sobre a legalidade do pagamento de despesas de representação inerentes ao Diretor Delegado dos SMAS, tinha na mesa um despacho do Presidente da Câmara que determina que o mesmo passe a ter, subsídio de representação equiparado ao correspondente ao Diretor de Departamento, cargo mais elevado na estrutura dirigente do Município de Torres Vedras.-----

-----Depois deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que abordou a questão da não apresentação da adequação da estrutura orgânica levantada na reunião anterior, reafirmando que se tratou de uma opção da Câmara Municipal, no entendimento que a grande exigência da lei é a redução das chefias o que cumprem. -----

-----Deu nota que só nos finais de novembro é que tiveram conhecimento que em vez de dois Diretores de Departamento podiam ter 3 e entenderam que não favorecerá ninguém fazer uma orgânica à pressa e a lei não estabelece sanções para quem não cumprir a data de 31 de dezembro.---

-----Em termos de redução cumpriram e são várias as Câmaras do país que tiveram opção idêntica à do município, que é reduzir os quadros em função da lei e vir a apresentar uma estrutura orgânica melhor elaborada no decurso de 2013.-----

-----Esclareceu também que no quadro autárquico que conhece as despesas de representação sempre existiram e as funções dos dirigentes são idênticas às que sempre existiram. O conceito de representação tem que ser entendido como representação do município que ocorre no dia a dia em reuniões com outras instituições que são de caráter eminentemente técnico e donde subtraem ensinamentos que partilham com os funcionários.-----

-----Ainda sobre despesas de representação lembrou que foi muito discutido as referentes ao Diretor-Delegado por serem um valor elevado que sobressaiu dos outros, situação que lhes passou despercebida e agradeceu terem sido alertados para o tema. -----

-----Fez notar que a Assembleia Municipal em 2000 deliberou o abono de despesas de representação aos dirigentes do município e foi com essas condições que contrataram o Eng.º João Silva quando concorreu a Diretor-Delegado, daí ser defensável a manutenção das mesmas.-----

-----No entanto e face à discrepância entre o valor destas despesas de representação e as de diretor de departamento ele entendeu que essas despesas deviam ser reduzidas e equiparadas ao cargo de diretor departamento que é o cargo mais elevado do município, sendo esta a razão que no dia

anterior tenha lavrado o despacho mencionado pelo Presidente da Mesa de modo a terem um quadro remuneratório mais equitativo.-----

-----O Líder da bancada socialista *Sr. José Augusto de Carvalho* começou por dizer que se identifica com as preocupações do legislador quando pretende introduzir a redução de custos nesta área, tendo em conta a crise que o país atravessa e nesse quadro que cargos podem ser reduzidos, que estrutura orgânica pode ser reformulada e que despesas de representação podem ser atribuídas.--

-----Assinalou que o município de Torres Vedras já lhes propôs a redução dos cargos dirigentes que incidem nos SMAS sendo esta uma opção do Executivo que não podem contestar, e no global do município esta redução é sinónimo de cumprimento da lei.-----

-----Assinalou também que a lei faculta que as comissões de serviço que estavam em vigor chegassem ao seu término, observância que previne acções que os lesados intentariam seguramente em sede judicial por danos relativos às expetativas que tinham.-----

-----No tocante às despesas de representação que os dirigentes auferem, o edil no despacho que proferiu relevou o bom senso e o seu sentido de justiça. Se o dirigente máximo do município é o de diretor de departamento, este complemento deve ser referenciado ao cargo maior de hierarquia, pelo que considera justo o despacho que exarou a corrigir a situação.-----

-----Quanto às justificações para estas despesas, também existem na administração central e ainda não viu nenhum município suprimir ou reduzir discriminatoriamente tendo como referencia a administração central.-----

-----Pegando na lei só encontra funções de representação nos cargos de direção superior de 1.º grau e se estes complementos remuneratórios não estão associados à exigência da função conter uma componente de representação, o raciocínio para a administração local tem que ser idêntico.-----

-----Anotou que esta ressalva que o Presidente da Câmara introduziu, salvaguarda o equilíbrio possível tendo em conta que o desígnio é a redução de custos.-----

-----Quanto ao facto de a Câmara Municipal não apresentar uma nova orgânica, fez notar que um documento destes não se faz em “cima do joelho”, pois é um trabalho aprofundado que leva o seu tempo sendo também questionável se devia vir à Assembleia Municipal nesta fase final do mandato autárquico, o que uns dirão que sim, mas quem vier no próximo mandato dirá que não.-----

-----Por fim referenciou que a lei não estabelece sanções, os dados definitivos dos Censos 2011 só foram oficialmente publicados em finais do passado mês de Novembro. e não há nenhum efeito financeiro daqui decorrente.-----

-----Quanto à intervenção do edil sobre a não apresentação da adequação da estrutura orgânica a *Sra. Rita Sammer* disse que a argumentação foi muito frágil, até porque os SMAS fizeram e tiveram tempo para pensar sendo certo que a manutenção das comissões de serviço suspende os efeitos desta alteração e têm tempo para em 2013 repensar aquilo que está feito. -----

-----Disse ainda que em qualquer momento essa orgânica pode vir com proposta de alteração a esta Assembleia mas não lhe parece que a Câmara possa recusar-se a cumprir o que está determinado na lei, porque assim impede a Assembleia Municipal de exercer a sua competência.-----

-----Até questiona se nos termos da lei a Assembleia Municipal tem competência para deliberar sobre este ponto, tal como lhes é apresentado, uma vez que devem aprovar a orgânica e não aprovar estratégias.-----

-----Reforçou que tem imensas dúvidas, a Câmara Municipal teve muito tempo e os argumentos aduzidos são fracos para além de que em qualquer altura se pode alterar a orgânica.-----

-----Acha desrespeitoso para a Assembleia Municipal que a Câmara Municipal tenha entendido não fazer aquilo que lhe competia fazer. Não lhe parece bem vir dizer que outras Câmaras estão também a fazer assim, como se isso fosse argumento.-----

-----Reafirmou que tem dúvidas se devem ser chamados a votar e se devem fazê-lo e deixa a seu protesto quanto à forma como este assunto foi conduzido.-----

-----Relativamente às despesas de representação é verdade que na Lei 49/2012 nas competências dos dirigentes não surge a de representação mas o art.º 16.º prevê as delegações de competências sendo que o Presidente e o Vereadores podiam delegar representações, mas não o fizeram. Se o tivessem feito faria sentido que estas despesas fossem abonadas.-----

-----Salientou que a Lei 2/2004 de 15.01 prevê despesas de representação para os dirigentes de mais elevado grau e para os outros não mas a lei 49/2012 de 29.08 mantém a delegação de competências e tanto quanto sabe essa delegação não foi feita.-----

-----Aproveitou ainda para dizer achar estranho que a informação detalhada que solicitou na reunião anterior sobre quanto é que ganham os dirigentes na carreira de origem e na comissões de serviço não lhe tenha sido facultada, o que acha inaceitável e desrespeitoso. Lamentou que a informação que lhe permitiria decidir em conformidade não lhe foi facultada. -----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** esclareceu que não pretendeu dizer que na administração central só os dirigentes superiores de 1.º grau é que têm despesas de representação, pois existe nos cargos de direção superior e intermédia. A competência de representação é que só se encontra no dirigente superior de 1.º grau, o que vem em abono da tese que a despesa de representação não é mais do que um complemento remuneratório atribuídos aos dirigentes que o legislador não teve a coragem de tratar noutros termos. -----

-----Completou dizendo que não há nenhum efeito pelo fato de não aprovarem a alteração à estrutura orgânica em 2012, quando se deteta que o propósito é a redução de custos.-----

-----O **Sr. Nozes Pires** também não verificou que houvesse delegação de competências e o resto da argumentação avançada pelo membro Rita Sammer fá-lo refletir e leva-o a uma atitude de abstenção porque não está devidamente esclarecido.-----

-----A **Sra. Tânia Jerónimo** disse que apesar do despacho proferido pelo Sr. Presidente da Câmara continua a ter dúvidas quanto ao vencimento do diretor delegado, pois as despesas de representação são afetas a determinado valor de vencimento.-----

-----Assim questiona se também foi feita a adequação do vencimento do diretor delegado equiparando nos termos da a lei 49/2012 ao mais elevado cargo de direção previsto na estrutura do município ou seja diretor de departamento. -----

-----Se esta adequação não foi feita não sabe se podem deliberar sobre as despesas de representação que o Sr. Presidente da Câmara atribuiu no despacho.-----

-----O **Sr. Sérgio Jacinto** alertou para a maneira confusa como este assunto foi tratado. Desde logo têm um despacho de edil invocando carácter de urgência na expectativa do mesmo ser ratificado pelo Executivo que devia fazer parte do início do despacho, que devia estar numerado o que não acontece. É elaborado com base num parecer produzida pela Chefe de Divisão Administrativa e jurista, ambas dos SMAS que não vem assinada o que considera importante para a sustentabilidade do despacho, uma vez que a responsabilidade tem que ser partilhada por quem o despacha e por quem o fundamente.-----

-----Acerca das despesas de representação e fazendo uso da interpretação do líder da bancada socialista, se são um suplemento remuneratório que o legislador não teve coragem de incluir numa tabela salarial própria, recordou que foi o governo anterior que começou a retirar parte das remunerações mensais aos funcionários sem fazer distinção entre a administração central e a local.--

-----Entende que não foi à toa que o legislador remete esta aprovação para o órgão máximo do município pois trata-se de despesas do município e em período de contenção é importante que os órgãos municipais e seus dirigentes tenham o peso da responsabilidade nas decisões que tomam.-----

-----Assim, neste momento difícil não lhe parece nem oportuno, nem de bom tom e legalmente questionável, atendendo a todos os cortes que estão a ser feitos, se devem abonar despesas de representação ao dirigentes.-----

-----Salientou que o PS pode sempre fazer esta aprovação, ficando com o ónus dessa decisão.-----

-----Salientou ainda que de acordo com art.º 15.º da Lei 49/2012 de 20.08 os dirigentes nas suas competências não têm qualquer incumbência representativa do município.-----

-----Por último deu nota que na reunião do dia 20 fez referência ao uso e atribuição de viaturas aos vereadores e aos dirigentes municipais dos SMAS e da Empresa Municipal, que é uma despesas da autarquia e é um incremento patrimonial a quem usufruir que deve ser comunicado à Autoridade Tributária, como rendimento dos próprios, questionando se o mesmo está a ser feito.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que estão a tentar esgrimir argumentos jurídicos quando sabem que é uma questão política.-----

-----Assim, disse que o PS está de acordo que se abonem despesas de representação aos dirigentes da

Câmara Municipal e dos SMAS. É um ónus que assumem enquadrando com a lei e porque querem continuar a ter confiança nos dirigentes pois o funcionalismo público tem sido fustigado com reduções no seu vencimento mensal e porque acham que estas despesas de representação são um contributo sólido e devido pela sua prestação de trabalho.-----

-----Assumem este ónus, sempre estiveram de acordo e continuam a estar, porque é legal, justo e devido. Não se trata de um ponto jurídico, não é novidade nenhuma e já deliberaram muitas vezes sobre este assunto.-----

-----Fez notar que a Câmara não fez qualquer proposta de adequação da estrutura orgânica, mas os SMAS fizeram uma proposta porque há redução de dirigentes e teve que se dar novas denominações às divisões que agora são só duas.-----

-----Na Câmara não houve esta necessidade e não há qualquer desrespeito à Assembleia Municipal. A orgânica que está em vigor foi aprovada neste órgão e até o Executivo aprovar uma nova é esta que vigora.-----

-----Não se pode dizer que uma alteração à orgânica se faz de um dia para o outro e não tem consequências, uma vez que tem implicações no dia a dia da Câmara e até no processamento do vencimento.-----

-----Lembrou que pela nova legislação a Câmara Municipal de Torres Vedras pode ter dois diretores de departamento e souberam a 28 de novembro que podem ter um diretor municipal (ou converter em mais 1 diretor de departamento).-----

-----Indicou que ao momento têm três diretores de departamento, Obras Municipais, Urbanismo e Administração Geral, mas interroga-se se esta será a estrutura do futuro e se não terão necessidade de ter um na área de educação uma vez que já se fala em ter o ensino secundário entregue às Câmaras.-----

-----Por tudo o que já explanou e por não haver penalização entenderam que não deviam fazer uma nova orgânica à pressa, decidiram aguardar para ver como tudo se processa em matéria de delegação de competências e em 2013 terão mais condições para avançar.-----

-----Para concluir informou que o diretor-delegado dos SMAS está em comissão de serviço, que pode cessar a pedido de ambas as partes e ele volta para o seu lugar de origem na Agência Portuguesa do Ambiente. A redução nas despesas de representação foi concertada com o entre ele e o Administrador Residente pelo que ele não pedirá indemnização. Quanto ao vencimento informou que a competência para a sua fixação é da Câmara Municipal.-----

-----De novo pediu a palavra a **Sra. Rita Sammer** não se mostrando esclarecida com explicação sobre o diretor-delegado, uma vez que a colega disse foi que se estando equiparado a um dirigente superior de 1.º grau tem um determinado vencimento e se agora fica equiparado a diretor de departamento tem um vencimento distinto e isso tem que ser corrigido, independentemente de serem

corrigidas as despesas de representação como refere o despacho.-----

----Não ficou esclarecida quanto esta questão do vencimento, e gostava de saber o que se pretende fazer a partir do dia 1 de janeiro.-----

----Como não obteve resposta do Presidente da Câmara e presumindo que a razão foi falta de tempo dos serviços lamenta que desde a reunião de 20 de Dezembro não tenha recebido a informação que solicitou.-----

----Questionou o Presidente da Mesa se, relativamente ao ponto sete, nos termos da lei 49/2012 de 29.08, a Assembleia Municipal se deve pronunciar sobre estratégias da Câmara Municipal.-----

----Indagou ao abrigo de que artigo da lei iriam votar.-----

----Ainda sobre as despesas de representação o **Sr. José Augusto de Carvalho** interrogou-se se há algum município no país que retire este complemento remuneratório que existe há tantos anos na função pública e que é inerente às funções de dirigente. Acha que é uma falsa questão.-----

----Também disse que este governo já demonstrou que a contenção nos encargos faz de forma universal, em função dos valores auferidos e proporcionalmente aos mesmos.-----

----Lembrou ainda que sem despesas de representação os técnicos superiores, que exercem tais cargos, provavelmente optariam pela remuneração do lugar de origem, que em muitos casos é superior sem as despesas de representação.-----

----Diria mesmo que recusariam aceitar o exercício de cargos de representação porque estes têm um estatuto de alguma penosidade, falando desde logo da isenção de horário, exclusividade e proibição de acumulação de funções e um quadro muito mais rígido de incompatibilidades e impedimentos.----

----Devem ser sensatos e perceber que a despesa de representação é aquele adicional, sem o qual só um masoquista é que aceita um cargo dirigente.-----

----O **Sr. José António Adriano** disse que de facto trata-se de uma questão política, a política de se gastar o que se tem e o que não se tem sendo esta a razão pela qual o CDS-PP irá votar contra.-----

----O membro **Sérgio Jacinto** voltou a solicitar que o edil respondesse à questão por ele colocada sobre o uso das viaturas municipais.-----

----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que o diretor-delegado mantém o vencimento pelo qual foi contratado, que é correspondente ao de diretor municipal. O que se alterou foi ter despesas de representação equivalentes a diretor de departamento.-----

----Quanto ao facto de haver ou não competências delegadas informou que as chefias do município fazem representação do município tanto funcionalmente como institucionalmente através de competências delegadas pelos vereadores nas chefias, de alguns atos administrativos e de representação institucional, perante organismos do governo e intermunicipais. -----

----Relativamente intervenção do membro Sérgio Jacinto, já na reunião anterior tinha dito desconhecer haver dirigentes nessa situação, desafiando-o a ser mais específico, mas como não

obteve resposta deu o assunto por encerrado. Se existe e tem conhecimento deve indicar para a situação poder ser corrigida.-----

----Dirigindo-se ao membro Rita Sammer o Presidente da Mesa, **Sr. António Fortunato** informou que iriam aprovar o ponto sete para cumprimento do n.º 2 do art.º 25 da Lei 49/2012 de 29.08, que leu para conhecimento de toda a Assembleia.-----

----A **Sra. Rita Sammer** fez notar que, segundo o artigo, terá que ser enviada deliberação da aprovação da adequação da estrutura orgânica à Direção Geral das Autarquias Locais, que não existe e não foi feita. -----

----Assim, declarou que o Grupo Municipal do PSD não vai participar na votação do ponto sete pois é absolutamente claro que a lei 49/2012 de 29.08 não prevê que a assembleia se pronuncie sobre procedimentos nem estratégias da Câmara Municipal.-----

----Pedi novamente a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para esclarecer que em causa está a adaptação do número de chefias à nova lei, que está feita. A orgânica da Câmara Municipal mantém-se porque não há necessidade de alterar. A questão que a Sra. Rita levanta é inexistente.-----

----O **Sr. José Augusto de Carvalho** alertou que não há nenhum efeito prático da alteração da estrutura que não podia ser feita neste momento. Conformando-se o Município de Torres Vedras com a redução do lugar de dirigentes que lei impõe, a Assembleia Municipal delibera manter a atual estrutura orgânica.-----

----O **Sr. Nozes Pires** manifestou a opinião de que o PSD está enganado neste aspeto em particular. A Assembleia Municipal tem o dever de aprovar, abster-se ou reprovar propostas da Câmara. Têm a função de ouvir as propostas, fiscalizar e deliberar em conformidade, achando também que se trata de um problema inexistente.-----

----O membro **Sérgio Jacinto** novamente questionou se existem alguns vereadores ou dirigentes de entidades municipais a quem é atribuído um veículo ligeiro de passageiros, propriedade da autarquia para uso total e em caso afirmativo em que termos e com que critérios.-----

----O **Presidente da Câmara** disse que tinha entendido a questão direccionada apenas aos dirigentes, sendo óbvio que vereadores em exercício das suas funções têm carro de serviço. Desconhece se o mesmo é comunicado à Autoridade Aduaneira e Tributária.-----

----Terminadas todas as intervenções passou-se de imediato à votação:-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 28 votos a favor e 1 abstenção seguinte:-----

----1 – Aprovar a proposta de adequação da estrutura orgânica dos SMASTV, nos termos do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 49/2012, de 29/08 e consequentemente, o seu modelo e o número máximo de unidades orgânicas flexíveis de subunidades orgânicas, nos termos das alíneas a), c) e d) do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10, nos seguintes moldes:-----

----a) Modelo de estrutura orgânica – Hierarquizada;-----

-----b) Número máximo de unidades orgânicas flexíveis – 2;-----

-----c) Número máximo total de subunidades orgânicas – 13.-----

-----2 – Aprovar o projeto de Regulamento Orgânico dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Torres Vedras e o respetivo organograma, atenta a sua competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na sua atual redação.-----

-----3 – Aprovar a manutenção, até ao final do respetivo período das comissões de serviço dos dirigentes em funções nos Serviços Municipalizados, suspendendo os efeitos das correspondentes alterações da adequação orgânica, nos seguintes termos:-----

-----a) Diretor-Delegado – João Maria Mourão Duarte Silva, até 31 de Dezembro de 2013;-----

-----b) Chefe de Divisão Administrativa – Maria Regina Nifrário de Pinho Tavares, até 14 de julho de 2013;-----

-----c) Chefe de Divisão de Estudos e Projetos – Maria João Mota Francisco Santos, até 14 de julho de 2013;-----

-----d) Chefe de Divisão Financeira e Património – Cláudia Cruz Ferreira, até 14 de julho de 2013;-----

-----e) Chefe de Divisão de Exploração de Água e Saneamento – Pascoal Rodrigues de Almeida, até 20 de agosto de 2014;-----

-----f) Chefe de Divisão de Obras – Afonso Luís Clímaco Umbelino, até 20 de agosto de 2014.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 29 membros.-----

-----Anota-se ainda que o Grupo Municipal do PSD se ausentou da sala, não votando este ponto, tendo apresentado a seguinte declaração:-----

Declaração de não participação na deliberação.-----

-----“A lei 49/2012, de 29 de Agosto, estipula que os municípios aproveem a adequação das suas estruturas orgânicas até 31 de Dezembro de 2012, cabendo à Assembleia Municipal essa aprovação.-

----A Câmara Municipal deliberou proceder à análise e reestruturação da orgânica dos serviços municipais no decurso de 2013. Esta deliberação impede a Assembleia Municipal de exercer a competência prevista no ponto 1 do art.º 25.º da Lei 49/2012.-----

-----Considerando que não há, na lei 49/2012, enquadramento para deliberar sobre a provação de “procedimentos” que visam a assunção do não cumprimento do prazo definido para a adequação das estruturas orgânicas e, considerando ainda, que as estruturas orgânicas da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento têm que ser concertadas no que respeita, nomeadamente, no provimento de cargos dirigentes, o grupo municipal do PSD declara que não participa na votação dos pontos do agenda que visam esta matéria.”-----

PONTO 6 - ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE – LEI N.º 49/2012 DE 29.08 – APROVAÇÃO DAS DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS DIRIGENTES DOS

SERVICOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO;-----

-----Presente ofício número 13769, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 12 de Dezembro o qual, de conformidade com o aprovado pelo Executivo no dia anterior, submete informação número 205/12/DA/SMAS sobre o assunto em título para aprovação deste órgão.-----

-----Presente também despacho proferido, pelo Sr. Presidente da Câmara datado de 26 de dezembro que se considera integralmente reproduzido.-----

-----O líder da bancada do PSD *Sr. Luís Carlos Lopes* questionou a mesa sobre a possibilidade de fazerem três votações distintas, uma vez que tinham diferentes sentidos de voto para cada assunto.---

-----O Presidente da Mesa, *Sr. António Fortunato*, auscultou os restantes grupos municipais, não colhendo a aprovação das mesmas pelo que submeteu à votação a matéria tal e qual foi agendada. ---

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria, de 25 votos a favor, 2 abstenções e 10 votos contra:-----

-----1 - Atribuir despesas de representação aos dirigentes em funções SMAS, que se passam a identificar: Titular de cargo de direção superior de 1º grau: Diretor-Delegado, João Maria Mourão Duarte Silva – valor equiparado ao correspondente ao Diretor de Departamento, cargo mais elevado na estrutura dirigente do Município de Torres Vedras, de acordo com Despacho proferido pelo signatário em 26/12/2012, e aos titulares de cargos de direção intermédia de 2º grau: Chefe de Divisão Administrativa – Maria Regina Nifrário de Pinho Tavares; Chefe de Divisão de Estudos e Projetos – Maria João Mota Francisco Santos; Chefe de Divisão Financeira e Património – Cláudia Cruz Ferreira; Chefe de Divisão de Exploração de Água e Saneamento – Pascoal Rodrigues de Almeida; Chefe de Divisão de Obras – Afonso Luís Clímaco Umbelino.-----

-----2 - Ratificar os atos de processamento das despesas de representação atribuídas aos dirigentes acima identificados, desde 30 de agosto de 2012, de harmonia com o disposto no n.º 3, do artigo 137º do CPA, na sua atual redação:-----

-----3 - Aprovar a atribuição das despesas de representação aos dirigentes que vierem a ser designados.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 37 membros.-----

-----Anota-se ainda que o Grupo Municipal do PSD e o autarca Pedro Vasa apresentaram as seguintes declarações de votos:-----

Declaração de voto.-----

-----O grupo municipal do PSD, tendo votado contra os pontos 6 e 8 da agenda – despesas de representação dos dirigentes dos SMAS e da Câmara Municipal, fez saber que considera que deveria ter havido uma separação de cada um destes pontos de modo a deliberar sobre as já processadas (entre Setembro e Dezembro de 2012) e o abono das despesas de representação futuras. Neste sentido manifesta que em nada se opõe à ratificação das despesas de representação processadas.”-----

Declaração de voto de Pedro Jorge da Vaza Santos.-----

-----“Voto contra o ponto 6 e 8 da Assembleia Municipal do dia 20 de Dezembro continuada a 27 do mesmo mês pelo facto de não concordar com a continuação de pagamento de despesas de representação a partir do dia 1 de Janeiro de 2013.”-----

PONTO 7 – ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE – LEI N.º 49/2012 DE 29.08 – ADAPTAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO LOCAL – APROVAÇÃO DO PROCEDIMENTO PROPOSTO:-----

-----Presente ofício número 13816 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12 de Dezembro do corrente ano, a informar que, tendo presente a informação n.º 49/2012 da Chefe de Divisão de Recursos Humanos que se considera integralmente transcrita, e ainda tendo presente que o município, após a adequação da estrutura orgânica dos SMASTV, cumpre os requisitos previstos na supra referida lei, deliberou proceder à análise e estruturação da orgânica dos serviços municipais no decurso do ano de 2013, submete à aprovação deste órgão a aprovação desta estratégia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 29 votos a favor e 1 abstenção, aprovar o procedimento proposto no que se refere à adequação da estrutura orgânica, e nesse sentido aceitar que a Câmara Municipal proceda à análise e estruturação da orgânica dos serviços municipais no decurso do ano de 2013.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 30 membros.-----

-----Anota-se ainda que o Grupo Municipal do PSD se ausentou da sala, não votando este ponto, tendo apresentado a seguinte declaração:-----

Declaração de não participação na deliberação.-----

-----“A lei 49/2012, de 29 de Agosto, estipula que os municípios aprovem a adequação das suas estruturas orgânicas até 31 de Dezembro de 2012, cabendo à Assembleia Municipal essa aprovação.-

-----A Câmara Municipal deliberou proceder à análise e reestruturação da orgânica dos serviços municipais no decurso de 2013. Esta deliberação impede a Assembleia Municipal de exercer a competência prevista no ponto 1 do art.º 25.º da Lei 49/2012.-----

-----Considerando que não há, na lei 49/2012, enquadramento para deliberar sobre a provação de “procedimentos” que visam a assunção do não cumprimento do prazo definido para a adequação das estruturas orgânicas e, considerando ainda, que as estruturas orgânicas da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento têm que ser concertadas no que respeita, nomeadamente, no provimento de cargos dirigentes, o grupo municipal do PSD declara que não participa na votação dos pontos do agenda que visam esta matéria.”-----

PONTO 8 – ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE – LEI N.º 49/2012 DE 29.08 – APROVAÇÃO DAS DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS DIRIGENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 13798, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12 de Dezembro que de acordo com o deliberado pelo Executivo em 12.12.2012 submete para aprovação deste órgão a atribuição das despesas de representação aos dirigentes em funções na Câmara Municipal de Torres Vedras, bem como a ratificação dos atos de processamento dessas despesas atribuídas aos dirigentes desde 30.08.2012.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria, de 25 votos a favor, 2 abstenções e 11 votos contra aprovar a atribuição das despesas de representação aos dirigentes em funções na Câmara Municipal de Torres Vedras, bem como a ratificação dos atos de processamento dessas despesas atribuídas aos dirigentes desde 30.08.2012.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 38 membros.-----

-----Anota-se ainda que o grupo Municipal do PSD e o autarca da Ponte do Rol Sr. Pedro Vasa apresentaram as seguintes declarações de voto:-----

Declaração de voto.-----

-----O grupo municipal do PSD, tendo votado contra os pontos 6 e 8 da agenda – despesas de representação dos dirigentes dos SMAS e da Câmara Municipal, fez saber que considera que deveria ter havido uma separação de cada um destes pontos de modo a deliberar sobre as já processadas (entre Setembro e Dezembro de 2012) e o abono das despesas de representação futuras. Neste sentido manifesta que em nada se opõe à ratificação das despesas de representação processadas.”-----

Declaração de voto de Pedro Jorge da Vaza Santos.-----

-----“Voto contra o ponto 6 e 8 da Assembleia Municipal do dia 20 de Dezembro continuada a 27 do mesmo mês pelo facto de não concordar com a continuação de pagamento de despesas de representação a partir do dia 1 de Janeiro de 2013.”-----

PONTO 9 - APROVAR O PLANO DE LIQUIDAÇÃO DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO ART.º 6 DA LEI 8/2012 DE 21.02;-----

-----Presente ofício número 13801, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 12 de Dezembro a remeter o plano em epígrafe, atenta a competência do órgão deliberativo neste matéria.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o documento distribuído é uma listagem da dívida da Câmara Municipal com mais de 90 dias mas reportada a fevereiro do corrente ano. De €3.800.000,00, já têm €2.500.000,00 liquidados, peo que os números já estão desatualizados, mas a lei assim o obriga.-----

-----Informou ainda que o não pagamento dos subsídios de férias e natal tem permitido à autarquia amortizar a dívida sem recorrer ao Plano de Apoio à Economia Local e no final do ano devem estar a pagar a 90 dias como é devido e como é requerido. Tiveram dois/três anos de grande aflição de tesouraria, mas a situação está controlada e estão no bom caminho.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* disse que o Grupo Municipal do PSD iria votar favoravelmente.-----

-----O representante do CDS-PP, *Sr. José Adriano* anunciou que tudo o que sejam medidas para reduzir gastos da Câmara Municipal o seu partido vota a favor.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que não estão a votar a redução da dívida mas um plano de liquidação da mesma.-----

-----Não se registou mais nenhuma intervenção pelo que se passou à votação deste ponto.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o Plano de Liquidação dos Pagamentos em Atraso.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 38 membros.-----

PONTO 10 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL À ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS N.ºS 6 E 7 DO ART.º 6.º DA LEI N.º 12-A/2008, DE 27/02, ALTERADA PELAS LEIS N.ºS 64-A/2008 DE 31/12 E 3-B/2012 DE 28.04, 34/2010 DE 02/09 E 55-A/2010 DE 31/12;-----

-----Presente ofício número 13797, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 12 de Dezembro a solicitar a autorização em título, uma vez que se encontram cumpridos os requisitos legais para os lugares de 2 técnicos superiores, 2 Assistentes Técnicos e 17 Assistentes Operacionais.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve intervenção sobre a matéria em discussão, que visa a abertura de 21 postos de trabalho no sentido de os poder vir a gerir ao longo do ano na medida das necessidades, nomeadamente devido às aposentações.-----

-----Reportando-se à proposta de mapa de pessoal para 2013, que prevê a alteração de 3 lugares em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo (CTTRC) para tempo indeterminado o *Sr. João Bastos*, como já tinha dito em sessão anterior a situação pode mudar a qualquer momento e podem estar a contratar pessoas neste regime de trabalho que depois não são necessárias, pelo que questiona se é possível a termo certo.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que os contratos a termo certo tem a durabilidade de três anos e não se podem renovar. Certamente estão a falar de situações em que há a necessidade de dar continuidade ao trabalho. .-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* disse que são os lugares de técnicos superiores, um para a Cultura e o outro para o Ambiente que lhe suscitam dúvidas e gostava de ser melhor esclarecido da sua necessidade. O técnico para o Ambiente poderá ser para ocupar o posto de trabalho que ficou vago, para o Centro de Educação Ambiental mas este equipamento demorará meses até estar concluído.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* confirmou que o técnico superior para o Departamento de Ambiente e Sustentabilidade destina-se ao Centro de Educação Ambiental, pois têm necessidade de preencher a vaga deixada por um técnico que não se adaptou o lugar. -----

-----Relativamente ao técnico superior para o Departamento da Cultura trata-se de um técnico superior na Área de Museologia, pois têm que repensar o futuro do Museu enquanto museu da

cidade. Informou que as outras estruturas afetas à Cultura tais como o Teatro Cine e a Casa Jaime Umbelino já são demasiado carentes de técnicos para garantir o seu funcionamento dia a dia.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* disse que a proposta de mapa de pessoal que fundamenta os pedidos de abertura de procedimentos concursais, dá nota que a comissão de serviço do diretor do Teatro- Cine já terminou em Abril de 2012 questionando se já foi feita nova contratação para o seu lugar.-----

-----Relativamente às habilitações literárias requeridas para o técnico superior de cultura a *Sra. Tânia Jerónimo* fez notar que nos termos da Lei 12-A/2008 de 27.02 não se pode elevar a exigência para além da licenciatura sugerindo que constasse “Comunicação Social e/ou Mestrado em Museologia ou área afim.”-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que o contrato do diretor do Teatro Cine terminou e está em regime de aquisição de serviços, que terminará em fevereiro e nessa altura se verá.-----

-----Quanto à questão do membro Tânia Jerónimo explicou que o mestrado é um critério de preferência e não de exclusão.-----

-----Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa Sr. António Fortunato submeteu à votação o assunto em discussão.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, autorizar, por maioria de 28 votos a favor e 10 abstenções a Câmara Municipal à abertura de procedimentos concursais para 2 técnicos superiores (1 para o Departamento de Cultura e outro para o Departamento de Ambiente e Sustentabilidade); 2 Assistentes Técnicos (1 para a Secção de Atendimento e outro para o Departamento de Cultura);17 Assistentes Operacionais (5 para o Departamento de Obras Municipais e 12 para o Departamento de Ambiente e Sustentabilidade).-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 38 membros.-----

PONTO 11- AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A CEDER A UTILIZAÇÃO DE IMÓVEL À MOVIJOVEM – MOBILIDADE JUVENIL, COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, PARA INSTALAÇÃO DA Pousada da Juventude em Santa Cruz, tendo em conta a competência prevista na alínea I) do N.º 2 do Art.º 53.º da Lei 169/99, de 19.08, na sua atual redação;-----

-----Presente ofício número 11042 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28 de Setembro a solicitar a autorização em título, juntando para o efeito cópia do protocolo alterado.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* lembrou que abordam esta questão pela segunda vez, cuja cedência já tinha sido aprovada unanimemente nesta Assembleia Municipal. As condições com que a cedência tinha sido aprovada não foram mantidas pelo governo e introduziu alterações ao protocolo que tinha sido negociado.-----

-----Deu nota que as alterações substanciais são na clausula 7.º n.º 1 ficando a Câmara Municipal de

assumir qualquer prejuízo anual resultante da exploração da Pousada da Juventude e que os seus eventuais lucros não são canalizados diretamente para um “fundo” de requalificação dos imóveis cedidos, embota tal possibilidade fique em aberto (clausula 7.^a, n.º 4).-----

-----Mesmos assim a Câmara Municipal entendeu ceder a exploração do edifício e estão empenhados em ser parceiros e tudo fará para que seja uma exploração lucrativa, de modo a que a Movijovem possa, a curto prazo, rever o seu posicionamento de que o investimento dos lucros na pousada beneficiará uma melhor exploração da mesma.-----

-----Nesta sequência submetem à Assembleia Municipal este novo acordo para que, em 2013 possam ter uma pousada da Juventude em Santa Cruz, quando o movimento a nível do país vai no sentido de encerrar algumas.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** começou por dizer que como utente e torriense não se sentia confortável em aprovar este novo protocolo, pois o governo assumiu com o município de Torres Vedras, uma posição leonina. Sabem que este processo vinha do governo anterior, feito numa fase em que não se sabia que a Movijovem tinha prejuízos elevadíssimos e talvez assim se possa compreender este acordo.-----

-----Defendeu que o importante é que esta questão assim como a situação da Loja do Cidadão sejam resolvidas, tendo a administração central se tenha mostrado disponível para tratar este assunto como se calhar a anterior nunca demonstraria.-----

-----Reafirmou que não se sente confortável com este acordo em que a Câmara dá tudo e a administração central pouco, porém seria completamente contraditório se o PSD não tivesse uma posição favorável em relação à Pousada da Juventude, pese o custo exagerado.-----

-----Assume que não concorda com o que foi proposto mas se o Executivo deliberou por unanimidade, que mesmo assim vale a pena, não será o seu grupo municipal a dizer que não e vão esperar que brevemente Santa Cruz tenha uma Pousada da Juventude.-----

-----Quanto às palavras de desconforto do interlocutor anterior, o líder da Bancada do PS, **Sr. José Augusto de Carvalho** disse serem uma prova que não estão tão distantes e pediu para as subscrever.-

-----Reforçou que se trata de um processo sem retorno, pois não existe nenhum estabelecimento hoteleiro de baixo custo destinado aos jovens no concelho, ou seja uma pousada da juventude e que tal existência se revela de extrema importância para o desenvolvimento da atividade turística na Praia de Santa Cruz.-----

-----Que se trata de um contrato leonino ninguém desmente.-----

-----Sendo do conhecimento geral quanto um imóvel se degrada à beira-mar, solicitou ao edil que com a sua capacidade luta e com o apoio do Órgão Deliberativo, providenciasse no sentido de ser alterada o n.º 4 da clausula 7 para “*Em cada três anos*” sobre o qual iria apresentar na mesa uma recomendação.-----

-----Acha que é indispensável sob pena do município ter que “abrir os cordões bolsa”, porque um imóvel naquela localização degrada-se e com custos bem significativos.-----

----O *Sr. Nozes Pires* anotou que muito embora a CDU viesse disposta a votar favoravelmente este assunto, queria registar um voto de protesto perante este contrato leonino, subscrevendo as palavras do orador anterior.-----

----No entendimento de que os acordos são para cumprir custa-lhe que a Câmara Municipal tenha aceite um acordo destes por 20 anos e se um destes dias o governo for demitido, gostava de saber em termos jurídicos o que o poderá acontecer. -----

----Iriam votar a favor mas com a salvaguarda desta posição de protesto da Assembleia Municipal.-

----Numa altura em que cada vez mais são descentralizadas competências com acrescidas dificuldades para as Câmaras, o governo fica com os lucros pelo que a recomendação do líder da bancada socialista faz sentido.-----

----Terminadas as intervenções teve a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos.-----

----Começou por dizer que o desconforto manifestado pelos intervenientes também é o dele com a vantagem de ter participado em muitas reuniões eminentemente técnicas em que não há possibilidade de discutir politicamente estes assuntos. Chegam a um ponto que é aceitar a proposta deles ou não.-----

----Quando propuseram as alterações ao contrato de imediato disse que aceitava, apesar de não fazerem sentido, acreditando no sucesso da pousada, aceitando todo e qualquer prejuízo de exploração bem como não ter participação no lucro.-----

----Foi o melhor que se conseguiu, e que só se alcançou após visita ao local do técnico que ficou com uma ideia totalmente diferente do edifício e do que estava em causa.-----

----Reafirmou que vão trabalhar para que seja um sucesso, fazer com que resulte e se não resultar pode ser ajustado e em último caso também pode ser revogado. Santa Cruz necessita de uma estrutura como esta e o concelho também.-----

----Não se registando mais intervenções o Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto em discussão em título, com a seguinte recomendação: -----

----“Recomenda-se que a Câmara Municipal de Torres Vedras diligencie no sentido de a cláusula sétima do n.º 4 do Protocolo de Cooperação sobre a pousada de juventude seja alterada nestes termos: 4 – Em cada três anos após....(....).”-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 36 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras a ceder a utilização de imóvel à Movijovem – Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de responsabilidade limitada, para instalação da Pousada da Juventude em Santa Cruz.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 38 votos.-----

PONTO 13 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ATUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente informação referente à actividade do município, de setembro a dezembro de 2012, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 18 de dezembro é € 3.491.514,31 e o saldo de tesouraria € 1.349.094,31.-----

-----Reportando-se à alínea h) do n.º 1- Obras Municipais da informação em discussão o *Sr. Sérgio Jacinto* frisou que não há oferta suficiente de estacionamento na zona das Finanças, que provavelmente carece do já falado plano de estacionamento organizado.-----

-----Nesta sequência disse que não se compreende como é que, pelo menos as Pracetas Dr. Vilela e Dr. Moura Guedes, Rua Santos Bernardes, Henriques Nogueira etc, não têm todo o estacionamento pago, até porque na Praça Francisco Sá Carneiro, muito mais distante do centro da cidade, toda a envolvente é parqueada e paga, questionando a razão de toda a envolvente da Escola Henriques Nogueira não ter o mesmo tratamento.-----

-----O Presidente de Junta de Carmões, *Sr. Sérgio Gomes* interveio no sentido de questionar sobre a EN9, da qual se deixou de ouvir falar com este novo governo. No entanto andam lá a fazer alguns arranjos nos aquedutos, mas a via está perigosa e pedia alguns esclarecimentos.-----

-----Aludindo às palavras de esperança do edil sobre investimentos na orla costeira e porque não devem tomar como certo tudo o que vem da administração central o *Sr. João Bastos* deu como exemplo a Praia Formosa, onde anteriormente toda a água pluvial do estacionamento era encaminhado para as escadas, o que resultava pois lavava e escada e amortizava mas agora é colectada para um cano horrível, inestético. Entende que devem discutir este tipo de intervenções e disponibilizou-se para colaborar.-----

-----Questionou o que foi feito da pista de gelo, que foi um sucesso e que numa fase inicial era alugada mas mais tarde foi adquirida pela autarquia e esteve montada em Santa Cruz -----

-----Terminadas as questões o *Sr. Presidente da Câmara* prestou alguns esclarecimentos:-----

-----Assim, começou por responder à Sra. Rita Sammer dizendo que não tinha ficado com noção a que informação que solicitou sobre os vencimentos dos dirigentes da Câmara era importante para a discussão de hoje. O Vereador Sérgio Galvão fará chegar a informação brevemente.-----

-----Relativamente ao estacionamento pago, informou que a regulamentação aponta para toda a cidade, com bolsas e selos de estacionamento para residentes. O concurso para os parquímetros ainda não se encontra concluído pois houve um concorrente que reclamou, mas em breve terão estacionamento pago para toda a cidade, independentemente das zonas.-----

-----Sobre a EN9 disse que perderam totalmente o contato com a Estradas de Portugal, E.P, que não respondem a ofícios nem atendem telefones. Lamenta ter que dar esta resposta mas não sabem se esta entidade ainda existe ou não.-----

-----Reportando-se à intervenção do Sr. João Bastos disse que não tomar por certo tudo o que vem da Administração Central é a postura que têm. Estarem a fazer obras na Praia de Santa Cruz é um exemplo de intervenções feitas pela Administração Central que só tiveram conhecimento quando viram o estaleiro.-----

-----No tocante à pista de gelo, esclareceu que esta estrutura pertence à Promotorres e teve um exercício negativo no último ano que esteve no ativo, pelo que acharam que deviam fazer uma pausa na exploração. Quando acharem conveniente voltará a ser utilizada.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa em exercício, Sr. António Fortunato a aprovação da minuta da ata da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 23.50 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
